

## 1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

As controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.3.

### Eventos relevantes ocorridos em 2016:

#### *i) 4ª Emissão de Notas Promissórias – Concer*

Em 18 de janeiro de 2016 a Concer concluiu a 4ª emissão de notas promissórias no valor de R\$ 210.000. A emissão foi corrigida por CDI mais um spread de 2,0% a.a. com prazo de vencimento de 180 dias. Os recursos obtidos por meio da emissão foram utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR-040. Na mesma data foi liquidada a 3ª emissão de notas promissórias de R\$ 210.000.

Em 14 de julho de 2016 a controlada Concer liquidou a 4ª emissão de notas promissórias e na mesma data realizou a 5ª emissão de notas promissórias no valor de R\$ 210.000. O vencimento da 5ª emissão ocorreu em 12 de janeiro de 2017. A controlada encontra-se em tratativas para renegociação junto aos credores.

#### *ii) Aprovação de Financiamento de Longo Prazo – Concebra*

Em 24 de fevereiro de 2016 o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo para a Concebra no valor total de R\$ 3,6 bilhões. O primeiro desembolso do financiamento seria destinado à quitação do empréstimo-ponte, concedido pelo BNDES à Concebra em setembro de 2015, e aos investimentos previstos no contrato de concessão para duplicação de 647,8 km de rodovias.

No entanto, até o momento a controlada não recebeu a liberação do financiamento de longo prazo e, desta forma, não foi possível realizar a liquidação do empréstimo-ponte. Vide mais detalhes na nota explicativa nº18 – Empréstimos e financiamentos e na nota explicativa nº 32 – Eventos subsequentes.

#### *iii) Programa de recompra de ações*

A companhia aprovou em 22 de março de 2016 o (i) encerramento do Programa de Recompra de Ações aprovado em 25 de março de 2015 por meio do qual foram adquiridas 2.249.800 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, oitocentas) ações ordinárias de emissão da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento; (ii) novo Programa de Recompra de Ações de emissão da

Companhia, podendo ser adquiridas até 4.750.200 ações ordinárias, dentro do limite de 10% da quantidade de ações em circulação.

O programa tem como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas e tem prazo máximo de 18 meses contados a partir de 22 de março de 2016.

*iv) Recebimento de cheque do 13º aditivo ao contrato de concessão – Concepa*

Em 1º de abril de 2016 a Concepa recebeu do Poder Concedente (ANTT) o montante parcial de R\$ 241.686 relativo ao 13º termo aditivo do contrato de concessão. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 9.

*v) Liquidação da 6ª emissão de debêntures – Concepa*

Em 11 de abril de 2016 a Concepa liquidou a totalidade da 6ª emissão de debêntures no valor de R\$ 206.500. O resgate do valor unitário foi de R\$977 (novecentos e setenta e sete reais) correspondentes à amortização do principal, e R\$6,7 (seis reais e setenta centavos) correspondentes aos juros remuneratórios.

*vi) Pagamento da 3ª parcela da outorga fixa – Viracopos*

Em 11 de abril de 2016 foi efetuado o pagamento residual da 3ª parcela da outorga fixa de 2015, atualizada até a data do pagamento no valor de R\$ 86.296.

*vii) Multa ANAC – Viracopos*

Em 27 de maio de 2016 a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) decidiu, em 1ª instância, pela aplicação de multa de R\$ 95.050 em razão de pretenso descumprimento pela controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A., no prazo devido, de obrigações fixadas na concessão referente ao primeiro ciclo de investimentos do novo terminal de passageiros, encerrado em 11 de maio de 2014.

Em 06 de outubro de 2016, foi recebido o ofício da ANAC nº 34(SEI)/2016/ASTEC-ANAC, a respeito do recurso administrativo interposto pela concessionária contra a aplicação da multa. Ao apreciar o pedido, na 21ª Reunião Deliberativa da ANAC, a Diretoria da Agência, por unanimidade, deu provimento ao recurso e anulou a decisão de primeira instância que aplicou multa à concessionária. Portanto, o processo volta à primeira instância para que os vícios constatados no processo sancionador sejam supridos, ou seja, para permitir que a concessionária possa exercer na plenitude o seu direito de defesa.

Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, nenhuma decisão foi proferida.

*viii) Liquidação da 5ª emissão de debêntures - Concepa*

Em 12 de julho de 2016 a Concepa liquidou a totalidade da 5ª emissão de debêntures no valor R\$28.800. O resgate do valor unitário das debêntures (em reais) foi de R\$1.800 por debênture, sendo R\$1.700 correspondentes

à amortização do principal, e R\$100 correspondentes aos juros remuneratórios, e prêmio flat por debênture.

*ix) Nova Emissão de Debêntures – Vênus*

Em 23 de novembro de 2016 a controlada Vênus Participações e Investimentos S.A. concluiu a 1ª Emissão de Debêntures conversíveis em ações de colocação privada, com a Trophy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. O valor principal, dividido em Primeira e Segunda Séries, é de R\$647.300, e tem como prazo de vencimento 50 (cinquenta) meses contados a partir da Emissão. O pagamento de juros e amortização será no 50º mês, podendo ser liquidado antecipadamente a qualquer momento, com remuneração mínima correspondente a 12 meses. As garantias dadas na operação são de ativos da Companhia.

A Triunfo utilizou os recursos captados principalmente para reduzir o endividamento de curto prazo da Companhia, alongando prazos e vencimentos de suas obrigações financeiras.

*x) Resgate antecipado da 3ª e da 4ª Emissões de Debêntures - Triunfo*

Em 29 de novembro de 2016 a Companhia concluiu o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures da 3ª e da 4ª Emissão de Debêntures, conforme aprovado em Assembleias Geral de Debenturistas realizadas em outubro de 2016. Os montantes do resgate foram de R\$64,2 milhões para a 3ª Emissão e de R\$311,2 milhões para a 4ª Emissão.

*xi) Suspensão de pagamento de dividendos – Triunfo*

Os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de dezembro de 2016, aprovaram por maioria dos presentes a suspensão do pagamento no exercício de 2016 dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2016, no montante de R\$40.000, tendo em vista a modificação substancial da situação financeira da Companhia desde a data de sua declaração.

O valor dos dividendos será atualizado a partir do dia 1º de janeiro de 2017 e até a data de seu efetivo pagamento pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI mais 4% (quatro por cento) ao ano, a título de remuneração pela postergação do seu pagamento.

A Companhia deverá determinar o pagamento dos referidos dividendos ao longo do exercício de 2017, tão logo sua situação financeira assim permita, sendo que, caso a Administração da Companhia entenda que o pagamento de tais dividendos em 2017 não será possível, deverá haver nova convocação de Assembleia Geral Extraordinária ainda durante o exercício de 2017, a fim de deliberar acerca da manutenção da suspensão do pagamento de tais dividendos, ocasião em que a Administração da Companhia deverá apresentar justificativa detalhada para eventual proposta de manutenção da suspensão de pagamento dos dividendos.

*xii) Revisão extraordinária de reequilíbrio de contrato – Viracopos*

A controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A., recebeu o Ofício nº 35(SEI)/2016/GERE/SRA-ANAC encaminhado pela Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”), a respeito da análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão motivado pela Decisão ANAC nº 121, de 13 de novembro de 2011, que alterou, unilateralmente, a tarifa aeroportuária de carga importada removida para outros recintos alfandegados na zona primária (cargas em trânsito TECATECA e trânsito internacional).

Por meio da Decisão nº190 de 22 de dezembro de 2016, foi aprovada a 1ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O montante aprovado foi de R\$127.436, os quais foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81% até abril de 2016, totalizando R\$209.921. A recomposição obteve a anuência do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPAC em 28 de dezembro de 2016.

O valor do reequilíbrio econômico-financeiro, será deduzido do valor da outorga fixa a pagar ao longo da concessão, e continuará sendo atualizado pelo IPCA e pela taxa de desconto de 6,81%, proporcional ao número de meses correspondente.

A controlada em conjunto entende que o valor para reequilíbrio do contrato referente à receita de cargas em função das mudanças no edital é superior ao apurado e deve contestar a decisão.

Plano de alienação de ativos e continuidade operacional:

Tendo em vista os eventos relevantes ocorridos em 2016 e os eventos subsequentes de 2017 relacionados a vencimento de dívidas, a Companhia iniciou um plano de alienação de ativos, destinando à venda as participações nas investidas Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que o plano de alienação de ativos é um item importante do planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

## **2. Base de preparação e principais políticas contábeis**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das demonstrações financeiras em 28 de março de 2017.

As práticas contábeis relevantes estão descritas nas notas explicativas, relacionadas aos itens apresentados. Àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

### **2.2. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

### **2.3. Reclassificação de saldos**

Os saldos de resultado de equivalência patrimonial dos investimentos destinados à venda do exercício de 2015 também foram reclassificados para Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas, para fins de comparabilidade, conforme CPC 31 (IFRS 5). Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 13.

### **2.4. Bases de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial.

O exercício social e as demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

## **Controladas**

Companhias	31/12/16		31/12/15	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	100,0	-	100,0	-
Rio Gualba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Gualba")	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	64,98	-	63,8	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	62,50	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	100,0	-	100,0	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	100,0	-	100,0	-
Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviária Ltda ("Rio Parnaíba")	-	-	100,0	-
BR Vias Holding TBR S.A. ("Holding TBR") (ii)	-	100,0	-	100,0
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (iii)	-	100,0	-	100,0
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	100,0	-	100,0	-
Trevally Participações e Investimentos S.A ("Trevally")	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro")	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable") (ii)	100,0	-	100,0	-
Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla ("FIP Constantinopla") (iv)	-	-	100,0	-
Maestra Serviços de Engenharia S.A. ("Maestra")	100,0	-	100,0	-
NTL - Navegação e Logística S.A. ("NTL")	100,0	-	100,0	-
Vessel Log Serviços de Engenharia S.A. ("Vessel") (i)	100,0	-	100,0	-
Maestra Shipping LLP ("LLP") (i)	-	100,0	-	100,0
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	64,00	-	64,0	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	100,0	-	100,0	-
Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz")	100,0	-	100,0	-
Venus Participações e Investimentos S.A. ("Venus")	100,0	-	100,0	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	100,0	-	100,0	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	100,0	-	100,0	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	100,0	-	100,0	-
Terlip Terminal de Logística Integrada do Paraná S.A. ("Terlip")	100,0	-	50,0	-

- (i) A Vessel detém 100,0% de participação na LLP.  
(ii) A Dable detém 100,0% de participação na BRVias Holding TBR.  
(iii) A BRVias Holding TBR detém 100,0% de participação na controlada Transbrasiliana.  
(iv) Em julho de 2016 foi realizado o encerramento do FIP Constantinopla.

## **Controladas em conjunto**

Companhias	31/12/16		31/12/15	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave") (i)	33,33	16,77	33,33	16,77
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (i)	-	50,0	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (i)	-	50,0	-	50,0
Vetria Mineração S.A. ("Vetria") (ii)	-	15,79	-	15,79
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (ii)	-	15,79	-	15,79
Aeroportos Brasil S.A. ("ABSA") (v)	48,12	-	45,00	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("Viracopos") (iii)	-	24,54	-	22,95
Viracopos Estacionamentos S.A. ("VESA") (iii)	-	24,54	-	22,95
Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá") (iv)	-	50,10	-	50,10
Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (iv)	-	50,10	-	50,10
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") (vi)	52,50	-	52,50	-

- (i) A Portonave detém 100,0% de participação na Iceport e Teconnave.  
(ii) A Vetria detém 100,0% de participação na TPB.  
(iii) A Viracopos detém 100,0% de participação na VESA.  
(iv) A controlada Juno detém 50,1% de participação na Tijóá e no CSE.  
(v) A ABSA detém 51% de participação em Viracopos.  
(vi) A concessão do Sistema Rodoviário BR-470/SC foi cancelada quando ainda estava em fase pré-operacional. A controlada em conjunto não possui movimentação financeira.

## **2.5. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

## **2.6. Principais políticas contábeis**

### **2.6.1. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

#### *(i) Ativos financeiros*

##### *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2016 não há saldo de ativos financeiros (R\$11.805 em 31 de dezembro de 2015, referentes ao derivativo da Econorte).

##### *Recebíveis*

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são representados por R\$121.845 e R\$871.342, respectivamente, referentes a contas a receber de clientes e dos aditivos aos contratos de concessão.

#### *(ii) Passivos financeiros*

##### *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*):

O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando:

- A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes;
- Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são representados por R\$914.740 e R\$271.848, respectivamente (derivativos e debêntures Econorte e Vênus).

#### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são representados por R\$2.142.556 e R\$2.891.304 (empréstimos, debêntures e notas promissórias, exceto debêntures Econorte e Vênus).

#### **2.6.2. Ajuste a valor presente dos ativos e passivos**

O ajuste a valor presente, para ativos e passivos monetários, é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. As taxas de juros implícitas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures, contratos de mútuo ou outras contas com partes relacionadas e outras obrigações de longo e de curto prazo referem-se substancialmente a itens sujeitos a variações pós-fixadas, tem seus valores atualizados periodicamente, sendo apresentados pelo seu valor em moeda na data da elaboração das demonstrações financeiras. Na avaliação da Administração da Companhia não há ajustes significativos nas demonstrações financeiras.



### 3. Normas, alterações e interpretações de normas

Estão descritas a seguir novas normas e alterações que foram emitidas, mas não estavam em vigor:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração está avaliando os impactos da norma e, se aplicável, adotará a partir de sua vigência.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração está avaliando os impactos da norma e, se aplicável, adotará a partir de sua vigência.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração está avaliando os impactos da norma e entende que sua adoção não provocará impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

### 4. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

#### a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

## **b) Amortização do ativo intangível**

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessões da rodovia e do aeroporto, tendo sido adotadas as curvas de tráfego e passageiros/cargas estimadas como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados de tráfego das rodovias e de movimentação de passageiros/cargas do aeroporto e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego e de passageiros/cargas, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

## **c) Impostos**

A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

## **d) Valor Justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

## **e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso, são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

## 5. Contratos de concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade, segregados por segmento do negócio:

### *i) Concessionárias de rodovias*

#### Concer

A Concer explora 180 km da BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado.

#### Concepa

A Concepa explora 121 km da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Guaíba, e o entroncamento da BR-116/RS. O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Concepa e o Poder Concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão. Até o momento, não houve manifestação por parte de Poder Concedente no sentido de prorrogar a concessão vigente, devendo portanto ocorrer o encerramento deste contrato em 4 de julho de 2017.

#### Econorte

A Econorte explora 341 km das Rodovias do Estado do Paraná (BR-369 e PR-323). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos.

#### Concebra

A Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra") explora as rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão está previsto para 30 anos.

#### Transbrasiliana

A Transbrasiliana explora 321,6 km do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos. O início da concessão ocorreu em 13 de fevereiro de 2008, e o prazo da concessão está previsto para 25 anos.

### *ii) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Guaíba, Rio Tibagi, Vessel e Maestra prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação e ampliação das rodovias às concessionárias de rodovias. Esses serviços são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente. Em 2017, devido à reestruturação do cronograma de obras e

à redução dos serviços contratados pela Concebra, a Vessel terá suas atividades suspensas. Os ativos da Vessel estão registrados pelo valor líquido recuperável.

*iii) Prestação de serviços de operação e manutenção de usina hidrelétrica*

Tijóá

A Tijóá tem por objeto específico a exploração do potencial energético através da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos”) em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UHE Três Irmãos possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

A Triunfo possui participação indireta de 50,1% na Tijóá desde agosto de 2014.

*iv) Administração de portos*

Portonave

A Portonave possui o direito de exploração do terminal de uso privado, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, por 25 anos, contados a partir de 26 de janeiro de 2015, renováveis sucessivamente por mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e canal de acesso em adequação para profundidade de menos 14 metros e uma retro área com capacidade estática para 30 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas. A câmara possui capacidade para estocar 16 mil posições pallets de carga congelada.

*v) Administração de aeroportos*

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. (“Viracopos”), assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”) o contrato de concessão para ampliação, manutenção e

operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 24,54%, uma vez que:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico com a seguinte composição acionária: Triunfo com 48,12%, UTC Participações S.A. com 48,12%, e Egis Airport Operation com 3,76%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Viracopos pagará à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente ao total de R\$3.821.010. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais. O valor total atualizado da outorga a pagar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$2.838.557, líquido de compensações e pagamentos já efetuados.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo a pagar referente à outorga fixa vencida em 2016, líquida de abatimentos referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro, é de R\$144.514. Parte dos recursos estavam disponíveis em conta reserva, porém para liquidação da outorga com os recursos é necessária a obtenção de anuência dos bancos credores. Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, as anuências não haviam sido formalizadas.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Disponibilidades	<b>9</b>	930	<b>65.938</b>	46.750
Aplicações financeiras	<b>341</b>	108.558	<b>3.843</b>	109.656
	<b>350</b>	109.488	<b>69.781</b>	156.406

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário (CDB), lastreados ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

## 7. Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Transbrasiliana	8.318	6.929
Econorte	19.922	41.698
NTL	6.635	-
	<b>34.875</b>	<b>48.627</b>
Parcela do circulante	28.163	48.559
Parcela do não circulante	6.712	68

A controlada Transbrasiliana mantém aplicação financeira em CDB, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos CDIs, mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES.

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme nota explicativa nº 19. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.

A controlada NTL possui aplicação financeira vinculada referente a créditos de AFRMM – Adicional ao frete para renovação da marinha mercante. Os recursos que estavam liberados até 31 de dezembro de 2016 foram utilizados para amortizar seu empréstimo junto ao BNDES em fevereiro de 2017.

## 8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	-	-	54.151	54.990
Uso da faixa de domínio	-	-	20.363	16.456
Outras contas a receber (i)	12.415	48.335	18.027	53.214
	<b>12.415</b>	<b>48.335</b>	<b>92.541</b>	<b>124.660</b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(8.708)	(1.752)
	<b>12.415</b>	<b>48.335</b>	<b>83.833</b>	<b>122.908</b>
Ativo circulante	-	48.335	71.372	115.906
Ativo não circulante	12.415	-	12.461	7.002

- i) Na Controladora, os saldos de contas a receber de 31 de dezembro de 2015 referem-se ao Contrato de Compra de Venda de Ações dos ativos de energia (Rio Verde, Rio Canoas e TNE), alienados no último trimestre de 2015. O saldo de 31 de dezembro de 2015 (R\$48.335) refere-se a 5% do valor da alienação, recebido integralmente em 24 de fevereiro de 2016.

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2016 na Controladora é referente ao contrato de cessão de crédito de AFAC realizado para a Egis (acionista da Aeroportos Brasil), que foi firmado em abril de 2016 para que a Egis integralizasse capital na investida. O valor cedido foi de R\$11.250 e está sendo atualizado a 100% do CDI. O prazo de pagamento em espécie é o término da concessão do aeroporto. O contrato possui como garantia as ações da Egis na Aeroportos Brasil.

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	31/12/16	31/12/15
A vencer	<b>83.833</b>	122.908
Vencidos há mais de 90 dias	<b>8.708</b>	1.752
	<b>92.541</b>	124.660

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/16	31/12/15
Saldo no início do exercício	<b>(1.752)</b>	(6.190)
Adições	<b>(6.956)</b>	-
Baixas	-	4.438
Saldo no final do período	<b>(8.708)</b>	(1.752)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias.

A provisão constituída é considerada suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

## 9. Contas a receber – contratos de concessão

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Concepa (i)	<b>38.012</b>	279.698
Concer (ii)	-	468.736
	<b>38.012</b>	748.434

### (i) Concepa:

A Concepa recebeu em 16 de abril de 2014, por meio do 13º termo aditivo do contrato de concessão, a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra previa alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

Em 1º de abril de 2016, a Concepa recebeu do Poder Concedente o montante parcial de R\$ 241.686, restando um saldo de R\$ 38.012 a receber. De acordo com o contrato aditivo, caso não ocorra a liquidação financeira, o saldo restante a receber poderá ser convertido em extensão de prazo do contrato de concessão, por período proporcional aos valores não liquidados.

(ii) Concer:

A Concer assinou, em abril de 2014, o 12º termo aditivo que prevê aportes de capital como forma de reequilíbrio do Contrato de Concessão pela realização das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis e nova praça de pedágio, não contidas no Plano de Exploração da Rodovia (PER).

O Poder Concedente tinha o prazo de 90 dias após 31 de dezembro de 2015 para realizar o pagamento dos valores devidos naquela data. De acordo com o contrato aditivo, caso não ocorresse a liquidação financeira neste prazo, os saldos restantes a receber seriam automaticamente convertidos em extensão de prazo do contrato de concessão, por período proporcional ao saldo remanescente.

A Administração da Concer ainda aguarda do poder concedente a formalização do reequilíbrio do contrato através de extensão do prazo da concessão. No entanto, o saldo a receber de R\$ 468.736, antes classificado como ativo financeiro, foi reclassificado para ativo intangível da Concessão, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

## 10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	369	4.809	4.953	15.286
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	334	995	4.514
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.334	2.007	4.711	14.960
Programa de Integração Social – PIS	-	-	1.735	1.711
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	7.963	7.876
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	-	3.505	5.244
Outros	6	-	2.451	2.057
	<b>2.709</b>	7.150	<b>26.313</b>	51.648
Parcela do circulante	2.709	7.150	21.797	48.670
Parcela do não circulante	-	-	4.516	2.978

## 11. Impostos de renda sobre o lucro

A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro.



a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
<u>Prejuízo fiscal e base negativa (i)</u>	<b>44.893</b>	131.957
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão para manutenção	<b>39.050</b>	20.064
Instrumentos financeiros derivativos	<b>8.430</b>	8.319
Provisão para contingências	<b>4.443</b>	505
Amortização de ágio	<b>770</b>	770
Lucros não realizados	<b>7.217</b>	6.014
Outras provisões temporárias	<b>219</b>	615
	<b>60.129</b>	36.287
IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (ii)	<b>25.472</b>	26.500
	<b>130.494</b>	194.744

- (i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (R\$15.892), Concebra (R\$5.012), Transbrasiliana (R\$19.344) e Maestra (R\$4.645).

A redução significativa do saldo de impostos diferidos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL refere-se principalmente à baixa do montante total de R\$116.030, realizada por ausência de expectativa de realização dos mesmos nos próximos exercícios nas controladas Vessel e NTL (R\$53.119 e R\$62.911, respectivamente).

- (ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana.

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável é:

Consolidado	
Exercício a findar-se em:	
2017	21.465
2018	14.751
2019	6.311
2020	1.007
A partir de 2021	1.359
	<b>44.893</b>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Reserva de reavaliação	<b>71.140</b>	87.392
Receita de construção – Aditivos	<b>120.667</b>	127.376
Custos financeiros capitalizados	<b>13.754</b>	1.739
Estorno de amortizações – ICPC 01	<b>54.197</b>	64.857
Valor justo de debêntures / Instrumentos Financeiros	-	4.787
	<b>259.758</b>	286.151

c) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados - Controladora

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	31/12/16	31/12/15
Triunfo	<b>678.656</b>	575.751
	<b>678.656</b>	575.751

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros tributáveis e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

d) Imposto de renda e contribuição social - resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado:

			31/12/2016		
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(308.413)	(188.643)	63.450	189.278	(244.328)
À alíquota fiscal vigente (34%)	104.860	64.139	-	-	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(63.066)	2.202	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	(2.484)	5.962	-	-	-
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(4.322)	(2.885)	-	-	-
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(351)	-	-	-
Parcela isenta do IRPJ	-	24	-	-	-
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(34.988)	(18.370)	-	-	-
Reversão de impostos diferidos (i)	-	(116.030)	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	-	(27.299)	(14.995)	-	(42.294)
IRPJ e CSLL diferidos	-	(38.010)	-	176	(37.834)
Total de IRPJ e CSLL	-	(65.309)	(14.995)	176	(80.128)
Alíquota efetiva (i)	0%	-35%	24%		

- (i) A alíquota efetiva do lucro real no exercício de 2016 apresenta distorção devido às reversões de impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa das controladas Vessel e NTL no valor total de R\$116.030. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva seria de 27%.

	31/12/2015				
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	25.292	246.705	88.220	(181.226)	178.991
À alíquota fiscal vigente (34%)	(8.599)	(83.879)	-	-	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	42.863	3.752			
Juros sobre o capital próprio	-	3.613			
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(29.616)	(619)			
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	1.408			
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(4.648)	(11.505)			
Parcela isenta do IRPJ	-	72			
IRPJ e CSLL correntes	-	(37.709)	(15.927)	-	(53.636)
IRPJ e CSLL diferidos	-	(49.449)	-	5.055	(44.394)
Total de IRPJ e CSLL	-	(87.158)	(15.927)	5.055	(98.030)
Alíquota efetiva	0%	35%	18%		

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

## 12. Transações com partes relacionadas

As concessionárias de rodovias contrataram as controladas Rio Tibagi, Rio Guaíba, Maestra e Vessel para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infraestrutura), ampliação das rodovias e outros serviços de engenharia. Esses serviços foram contratados quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$74.226, R\$60.177, R\$27.509 e R\$38.014, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas demonstrações financeiras.

As transações com partes relacionadas são referentes a operações com controladas, controladas em conjunto e sociedades que estão sob controle comum da Companhia. Os principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Concer	1	-	-	1	-	-
Concepa	6	-	-	5.460	-	-
Portonave	20.031	-	-	14.082	-	-
TPI Log	1.208	-	-	7.042	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	18.054	(2.749)	-	16.019	(3.133)
Portonave (v)	-	522	(64)	-	458	(53)
Vessel	-	-	-	-	-	(2.549)
THP	-	-	-	-	-	(3.732)
Concepa (xiii)	-	101.721	(9.165)	-	-	-
Rio Parnaíba (vii)	-	-	(1.759)	-	45.252	(4.729)
Rio Guaíba (xiv)	-	1.201	(91)	-	-	-
Outros:						
Concepa	-	-	-	385	-	464
Rio Guaíba	-	290	-	-	1.000	-
Portonave (xvi)	-	12.773	(12.773)	-	97	-
Outros	-	24	-	-	-	-
Total do circulante	21.246	134.585	(26.601)	26.970	62.826	(13.732)
Mútuos financeiros:						
Maestra (ii)	101.221	-	15.550	49.215	-	63
Vetorial (iii)	411	-	54	351	-	43
Aeroportos Brasil (iv)	-	-	930	13.167	-	907
Vetria Mineração (vi)	2.033	-	(418)	8.314	-	931
BR Vias Holding TBR (viii)	12.244	-	1.522	10.554	-	1.249
Transbrasiliana (ix)	66.854	-	7.303	47.102	-	2.041
Concebra (x)	-	-	2.117	5.517	-	208
Concepa (xi)	-	-	23	8.046	-	15
Vessel (xii)	-	-	1.271	6.540	-	63
Rio Claro (xvii)	25.843	-	176	-	-	-
Vênus (xviii)	-	676.738	(36.793)	-	-	-
Outros:						
Maestra	1.404	-	353	983	-	924
Econorte	208	-	9.442	839	-	1.952
Rio Tibagi	1.223	-	905	320	-	666
Rio Guaíba	-	-	710	1.449	-	623
Concepa	2.353	-	5.813	5.886	-	4.115
Concer	5.554	-	10.360	813	-	-
Concebra	7.787	-	4.351	6.274	-	8.363
Transbrasiliana	6.376	-	3.246	2.736	-	975
Juno (xv)	19.473	-	-	-	-	-
TPI Log	9.559	-	-	9.559	-	-
Outros	1.130	-	838	830	-	2.174
Total do não circulante	263.673	676.738	27.753	178.495	-	25.312
Total	284.919	811.323	1.152	205.465	62.826	11.580

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuo referente a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 127% da variação do CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (v) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vi) Mútuo referente a captações da Vetria com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 2% a.a., que corresponde ao custo de captação da Triunfo.
- (vii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Parnaíba, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (viii) Mútuo referente a captações da BRVias Holding com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (ix) Mútuo referente a captações da Transbrasiliana com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (x) Mútuo referente a captações da Concebra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xi) Mútuo referente a captações da Concepa com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xii) Mútuo referente a captações da Vessel com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xiii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Concepa, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

- (xiv) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Guaíba, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xv) Contas a receber da Juno referente à venda das cotas do FIP Constantinopla para a controlada.
- (xvi) Contas a pagar à Portonave referente a processo judicial em nome da investida em que a Companhia será responsável pelo desembolso financeiro.
- (xvii) Mútuo referente a captações da Rio Claro com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xviii) Refere-se à debênture emitida pela controlada Vênus, que foi repassada à TPI com as mesmas taxas e condições estabelecidas na Escritura original (vide detalhes na nota explicativa nº 18 - Debêntures).

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Portonave	28.839	-	-	14.082	-	-
TPI Log	1.208	-	-	7.042	-	-
Tijóá	93	-	-	-	-	-
Prestação de serviço:						
Compasa (Concer) (i)	-	-	-	-	5.940	-
Compasa (Econorte) (i)	-	673	-	-	2.054	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	-	-	-	8.107	-
CTSA (Transbrasiliana) (i)	-	3.984	-	-	-	-
Mútuos financeiros:						
Portonave (vi)	-	522	(64)	-	458	(53)
THP	-	-	-	-	-	(3.732)
Outros:						
Portonave (viii)	-	12.773	(12.773)	-	-	-
Outros	-	55	-	-	105	-
<b>Total do circulante</b>	<b>30.140</b>	<b>18.007</b>	<b>(12.837)</b>	<b>21.124</b>	<b>16.664</b>	<b>(3.785)</b>
Mútuos financeiros:						
Vetorial (ii)	411	-	54	351	-	43
Aeroportos Brasil (v)	-	-	930	13.167	-	633
Vetria (vii)	2.033	-	(418)	8.314	-	931
Outros:						
Vetria (iii)	20.305	-	-	20.298	-	-
Outros	1.148	-	323	2.478	-	-
<b>Total do não circulante</b>	<b>23.897</b>	<b>-</b>	<b>889</b>	<b>44.608</b>	<b>-</b>	<b>1.607</b>
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (iv)	14.828	-	-	27.040	-	-
Compasa (Concer) (iv)	-	-	-	14.125	-	-
Consórcio NSS (Concer) (iv)	55.249	-	-	127.997	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (iv)	-	-	-	7.538	-	-
CTSA (Concebra) (iv)	78.892	-	-	92.896	-	-
<b>Total de imobilizado/intangível</b>	<b>148.969</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>269.596</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>203.006</b>	<b>18.007</b>	<b>(11.948)</b>	<b>335.328</b>	<b>16.664</b>	<b>(2.178)</b>

- (i) As Concessionárias de Rodovias contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Contas a receber da controlada TPI-Log com a controlada em conjunto Vetria, referente a despesas e estudos pagos pela Companhia.
- (iv) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (v) Mútuos referentes a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 127% da variação do CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vi) Mútuo referente a captação da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vii) Mútuo referente a captações da Vetria com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais um spread de 2,0% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (viii) Contas a pagar à Portonave referente a processo judicial em nome da investida em que a Companhia será responsável pelo desembolso financeiro.

### 13. Participações a comercializar e operações descontinuadas

#### Ativo mantido para venda

Com o objetivo de melhorar sua estrutura de capital para o próximo exercício, a Companhia implementou um plano de alienação de ativos. Com este plano, espera-se no curto prazo gerar recursos e reduzir o seu grau de endividamento. Dentre os investimentos que detém participação, a Companhia destacou os ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE, os quais serão mantidos para venda.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia classificou seus investimentos nas controladas em conjunto citadas acima na rubrica “Participações a comercializar” no ativo circulante das demonstrações financeiras da controladora e do consolidado. Conforme o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), os ativos estão registrados pelo valor contábil dos investimentos, que representam valor inferior ao seu valor justo.

	Participações a comercializar e operações descontinuadas		
	Participação da TPI (%)	PL da investida	Investimento na TPI
<b>Aeroportos Brasil</b>			
Capital Social (não equalizado)	48,12%	630.995	<b>348.592</b>
Prejuízos Acumulados	48,12%	(16.427)	<b>(7.906)</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	281	<b>281</b>
Total Aeroportos Brasil		614.849	<b>340.967</b>
<b>Portonave</b>			
Capital Social	50,00%	66.116	<b>33.058</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	50,00%	513.092	<b>256.546</b>
Reserva de capital	100,00%	14.145	<b>14.145</b>
Reserva Legal	50,00%	13.223	<b>6.612</b>
Reserva de Lucros	50,00%	52.847	<b>26.423</b>
Total Portonave		659.423	<b>336.784</b>
Ágio gerado na aquisição da Portonave			<b>78.449</b>
<b>Tijoá</b>			
Capital Social	50,10%	13.801	<b>6.914</b>
Reserva de Lucros	50,10%	2.091	<b>1.048</b>
Total Tijoá		15.892	<b>7.962</b>
Ágio gerado na aquisição da Tijoá			<b>6.452</b>
<b>CSE</b>			
Capital Social	50,10%	5.001	<b>2.506</b>
Prejuízos Acumulados	50,10%	(8)	<b>(4)</b>
Total CSE		4.993	<b>2.502</b>
<b>Total de participações a comercializar</b>		1.295.157	<b>773.116</b>
<b>Vetria</b>			
Capital Social	15,79%	157.137	<b>24.812</b>
Prejuízos Acumulados	15,79%	(70.288)	<b>(11.098)</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	63.927	<b>7.408</b>
Total Vetria		150.776	<b>21.122</b>
<b>Total de operações descontinuadas</b>		150.776	<b>21.122</b>
<b>Total de participações a comercializar e operações descontinuadas</b>		1.445.933	<b>794.238</b>

Os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultado de operações descontinuadas” na demonstração de resultado do exercício consolidada, separadamente dos resultados das operações em continuidade. Os resultados de equivalência patrimonial do exercício de 2015 referentes aos investimentos destinados à venda foram reclassificados para Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas para fins de comparabilidade, conforme CPC 31 (IFRS 5).

<b>Resultado de operações descontinuadas – Controladora e Consolidado</b>		
<b>Investimento</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Aeroportos Brasil	<b>(46.178)</b>	3.802
Portonave	<b>28.528</b>	28.488
Tijóá	<b>5.560</b>	8.565
CSE	<b>543</b>	1
Vetria (i)	<b>1.352</b>	1.538
<b>Total</b>	<b>(10.195)</b>	42.394

- (i) A controlada em conjunto Vetria teve suas operações descontinuadas em dezembro de 2014.

Os principais saldos de ativos, passivos e das contas de resultado das controladas em conjunto disponíveis para venda estão apresentados na nota explicativa nº 14 c).

## 14. Investimentos

### a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora					Investimentos permanentes em 31/12/16	Investimentos permanentes em 31/12/15
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras	Participações a comercializar		
Econorte	65.718	100%	65.718	-	-	65.718	77.751
Rio Tibagi	14.343	100%	14.343	-	-	14.343	1.102
Concepa	120.021	100%	120.021	-	-	120.021	115.417
Rio Guaíba	3.805	100%	3.805	-	-	3.805	791
Concer (i)	390.919	64,98%	254.019	6.040	-	260.059	216.555
Rio Bonito	12.936	62,50%	8.084	-	-	8.084	8.100
Concebra	373.210	100%	373.210	-	-	373.210	402.625
Convale	13.680	100%	13.680	(13.320)	-	360	360
TPI-Log	32.364	100%	32.364	-	-	32.364	140.649
Portonave (i)(iii)	659.423	33,33%	219.786	9.452	(229.238)	-	253.333
Trevally	1	100%	1	-	-	1	1
Rio Claro	10.231	100%	10.231	-	-	10.231	11.680
FIP – Constantinopla	-	-	-	-	-	-	9.259
Aeroportos Brasil (i)(iii)	614.849	48,12%	295.865	45.103	(340.968)	-	337.162
Dable (ii)	2.359	100%	2.359	-	-	2.359	23.346
NTL	2.010	100%	2.010	-	-	2.010	60.605
ATTT (i)	131	64,00%	84	49	-	133	133
Santa Cruz	20.792	100%	20.792	-	-	20.792	20.792
Terlip	2.375	100%	2.375	-	-	2.375	14.231
Taboca	4.263	100%	4.263	-	-	4.263	4.263
Tucano	8.892	100%	8.892	-	-	8.892	8.891
Retirinho	2.674	100%	2.674	-	-	2.674	2.673
Guariroba	2.864	100%	2.864	-	-	2.864	2.864
Estrela	2.755	100%	2.755	-	-	2.755	2.754
Rio Dourado	-	100%	-	-	-	-	-
Venus (iv)	114.632	100%	114.632	-	(107.546)	7.086	1
Mercurio	1	100%	1	-	-	1	1
Minerva	1	100%	1	-	-	1	1
Netuno	1	100%	1	-	-	1	1
<b>Total Investimentos</b>	<b>2.475.250</b>		<b>1.574.830</b>	<b>47.324</b>	<b>(677.752)</b>	<b>944.402</b>	<b>1.715.341</b>
Juno (v)	(2.465)	100%	(2.465)	-	(16.915)	(19.380)	-
Rio Parnaíba	-	-	-	-	-	-	(628)
Rio Paraíba	(311)	100%	(311)	-	-	(311)	(403)
Ecovale (i)	-	52,5%	-	(48)	-	(48)	(48)
Vessel	(31.711)	100%	(31.711)	(843)	-	(32.554)	(72.104)
Maestra	(102.986)	100%	(102.986)	(13.169)	-	(116.155)	(134.359)
<b>Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias</b>	<b>(137.473)</b>		<b>(137.473)</b>	<b>(14.060)</b>	<b>(16.915)</b>	<b>(168.448)</b>	<b>(207.542)</b>
<b>Total Investimentos Líquido</b>	<b>2.337.777</b>		<b>1.437.357</b>	<b>33.264</b>	<b>(694.667)</b>	<b>775.954</b>	<b>1.507.799</b>

- (i) As controladas apresentam no período um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.
- (ii) A controlada Dable detém 100% de participação nas investidas BRVias Holding e Transbrasiliana.
- (iii) Investimentos reclassificados para Participações a comercializar – nota explicativa nº13.
- (iv) A Vênus possui 16,67% de participação na Portonave, e o saldo de seu investimento foi reclassificado para Participações a comercializar – nota explicativa nº13.
- (v) A Juno possui 50,1% de participação na Tijoá e no CSE, e os saldos dos investimentos foram reclassificados para Participações a comercializar – nota explicativa nº13.



	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
<b>Investimento</b>				
Aeroportos Brasil (i)	-	-	337.162	-
Portonave(i)	-	-	368.886	-
Tijóá(i)	-	-	7.395	-
CSE(i)	-	-	1.958	-
Terlip (ii)	-	(276)	14.231	(58)
Act (iii)	-	-	-	(1.665)
TNE / Rio Verde / Rio Canoas (iv)	-	-	-	(10.960)
<b>Total Investimentos em controladas</b>	-	<b>(276)</b>	<b>729.632</b>	<b>(12.683)</b>
Ecovale	<b>(48)</b>	-	<b>(48)</b>	-
<b>Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias</b>	<b>(48)</b>	-	<b>(48)</b>	-
<b>Total Investimentos Líquido</b>	<b>(48)</b>	-	<b>(48)</b>	-

- (i) Investimentos reclassificados para Participações a comercializar em dezembro de 2016. Os resultados do exercício anterior também foram apresentados como resultados de operações descontinuadas – vide nota explicativa nº13.
- (ii) A TPI passou a deter 100% de participação na controlada Terlip em dezembro de 2016 e, portanto, a investida passou a ser consolidada pela Companhia. O montante de R\$276 refere-se ao prejuízo da controlada até novembro de 2016.
- (iii) A TPI deixou de ter participação na controlada em conjunto Act no exercício de 2015.
- (iv) As controladas TNE, Rio Verde e Rio Canoas foram alienadas em 2015.

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/15	Aportes (reduções) de capital	Resultado de equivalência patrimonial (*)	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Transferências	Outros	Investimentos permanentes em 31/12/16	Resultado de equivalência patrimonial 31/12/15
Econorte	77.751	-	(9.995)	(2.038)	-	-	65.718	(381)
Rio Tibagi	1.102	-	19.408	(6.167)	-	-	14.343	19.120
Concepa	115.417	-	15.633	(11.029)	-	-	120.021	24.070
Rio Guaíba	791	-	30.569	(27.555)	-	-	3.805	30.226
Concer	216.555	70.886	(28.214)	-	-	832	260.059	79.838
Rio Bonito	8.100	-	(16)	-	-	-	8.084	12.912
Concebra	402.625	200	(29.615)	-	-	-	373.210	13.646
Rio Parnaíba (iii)	(628)	499	983	-	-	(854)	-	1.202
Convale	360	1.043	(1.043)	-	-	-	360	(224)
Rio Paraíba	(403)	-	92	-	-	-	(311)	(2)
Ecovale	(48)	-	-	-	-	-	(48)	-
TPI-Log (v)	140.649	5.957	8.016	(8.709)	-	(113.549)	32.364	10.508
Portonave (vi)	253.333	-	19.018	(43.113)	(229.238)	-	-	18.992
Trevally	1	9	(9)	-	-	-	1	(2)
Rio Claro	11.680	49	(1.498)	-	-	-	10.231	2.287
TNE	-	-	-	-	-	-	-	(6.304)
Rio Canoas	-	-	-	-	-	-	-	(17.000)
Rio Verde	-	-	-	-	-	-	-	12.344
FIP - Constantinopla (i)	9.259	1.887	2.369	-	-	(13.515)	-	7.304
Aeroportos Brasil (vi)	337.162	45.106	(46.178)	-	(340.968)	4.878	-	3.802
Vessel (iii)	(72.104)	84.711	(68.694)	-	-	23.533	(32.554)	(26.609)
Maestra	(134.359)	31.427	(13.223)	-	-	-	(116.155)	6.753
NTL	60.605	6.967	(65.562)	-	-	-	2.010	(13.181)
ATTT	133	1	(1)	-	-	-	133	(1)
Juno(ii) (vi)	-	-	1.935	-	(16.915)	(4.400)	(19.380)	(11)
Santa Cruz	20.792	15	(15)	-	-	-	20.792	(19)
Terlip (iv)	14.231	(11.608)	(248)	-	-	-	2.375	(58)
ACT	-	-	-	-	-	-	-	(1.665)
Taboca	4.263	63	(63)	-	-	-	4.263	(86)
Dable	23.346	8.934	(29.921)	-	-	-	2.359	(8.744)
Tucano	8.891	182	(181)	-	-	-	8.892	(29)
Retirinho	2.673	68	(67)	-	-	-	2.674	(30)
Guariroba	2.864	164	(164)	-	-	-	2.864	(87)
Estrela	2.754	46	(45)	-	-	-	2.755	(90)
Rio Dourado	-	1	(1)	-	-	-	-	(1)
Venus (v) (vi)	1	12	1.070	-	(107.546)	113.549	7.086	(5)
Mercurio	1	10	(10)	-	-	-	1	(5)
Minerva	1	5	(5)	-	-	-	1	(5)
Netuno	1	9	(9)	-	-	-	1	(2)
<b>Total</b>	<b>1.507.799</b>	<b>246.643</b>	<b>(195.684)</b>	<b>(98.611)</b>	<b>(694.667)</b>	<b>10.474</b>	<b>775.954</b>	<b>168.463</b>

- (i) Em junho de 2016 foi realizada a venda de 100% das cotas do FIP Constantinopla para a controlada Juno. O saldo referente ao contrato de compra e venda está registrado como contas a receber de partes relacionadas, vide nota explicativa nº 10. No mês de julho de 2016 o FIP Constantinopla foi extinto, ficando a controlada Juno com o investimento nas controladas em conjunto Tijoá e CSE.
- (ii) O montante de R\$ 4.400 refere-se a ajustes de exercícios anteriores, reflexo da controlada em conjunto Tijoá, cuja equivalência patrimonial é reconhecida na controlada Juno.
- (iii) Em maio de 2016 a controlada Rio Parnaíba foi incorporada pela controlada Vessel.
- (iv) Em dezembro de 2016 a Companhia adquiriu as ações da Log-z (ex-acionista da Terlip) e, portanto, passou a deter 100% das ações da investida.
- (v) Em outubro de 2016 foi realizada a cisão parcial da TPI-Log, equivalente ao valor de seu investimento na Portonave. A parcela cindida foi incorporada pela controlada Vênus, que passou a deter a participação de 16,67% da Portonave.
- (vi) Investimentos transferidos para Participações a comercializar, vide nota explicativa nº 13.

(\*) O Resultado de equivalência patrimonial nesta movimentação inclui lucros (prejuízos) de operações descontinuadas, demonstrados na nota explicativa nº 13.

c) Informações sobre os principais grupos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2016

	Portonave (i)	Iceport (ii)	Teconnave (i)	Vetria (ii)	TPB
Caixa e equivalente de caixa	21.465	777	6	1813	-
Demais contas ativo circulante	68.831	4.923	91	104.398	-
Ativo não circulante	1.435.285	9.818	-	198.050	70.852
Total do ativo	1.525.581	15.518	97	304.261	70.852
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	-	-	82.225	-
Debêntures - Passivo circulante	109.964	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	93.083	3.185	9	71.259	30
Debêntures - não circulante	360.402	-	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	302.709	15.142	606	-	-
Patrimônio líquido	659.423	(2.809)	(518)	150.777	70.822
Total do passivo e PL	1.525.581	15.518	97	304.261	70.852
Receita operacional líquida	424.127	28.114	(2)	-	-
Custo dos serviços prestados	(103.398)	(24.151)	(77)	-	-
Depreciação	(109.526)	(21)	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	211.203	3.942	(79)	-	-
Despesas operacionais líquidas	(40.966)	(1.686)	(1.111)	(557)	(30)
Depreciação	(7.679)	-	-	-	-
Amortização	(579)	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.337)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	2.518	(1.866)	101	9.656	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	163.160	390	(1.089)	9.099	(30)
Receitas financeiras	6.092	258	6	387	-
Despesas financeiras	(84.539)	(32)	(16)	(926)	-
Variação cambial, líquida	1.016	2	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(77.431)	228	(10)	(539)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	85.729	618	(1.099)	8.560	(30)
IR/CSLL					
Correntes	(42.797)	(576)	(18)	-	-
Diferidos	14.124	(262)	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	57.056	(220)	(1.117)	8.560	(30)

(i) Investimento destinado à venda, vide nota explicativa nº 13.

(ii) Investida com operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 13.

	<u>Aeroportos Brasil (i)</u>	<u>Aeroportos Brasil – Viracopos (i) (ii)</u>	<u>Viracopos Estacionamentos (i)</u>	<u>Tijóá (i)</u>	<u>CSE (i)</u>
Caixa e equivalente de caixa	5	222.133	7.193	20.049	2.524
Demais contas ativo circulante	29	140.340	2.760	20.338	2.468
Ativo não circulante	748.404	6.850.715	224	21.399	1.553
Total do ativo	748.438	7.213.188	10.177	61.786	6.545
Empréstimos e financiamentos - circulante	22.558	202.348	-	-	-
Debêntures –circulante	-	16.707	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	7.696	623.123	7.720	24.741	1.552
Empréstimos e financiamentos – não circulante	103.295	1.831.988	-	-	-
Debêntures – não circulante	-	454.750	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	40	2.637.687	1.546	21.153	-
Patrimônio líquido	614.849	1.446.585	911	15.892	4.993
Total do passivo e PL	748.438	7.213.188	10.177	61.786	6.545
Receita operacional líquida	-	662.914	25.247	97.534	10.338
Custo dos serviços prestados	-	(443.291)	(23.217)	(75.939)	(8.038)
Depreciação	-	(833)	(5)	(20)	(360)
Amortização	-	(95.896)	(8)	-	(69)
Lucro bruto	-	122.894	2.017	21.575	1.871
Despesas operacionais líquidas	(434)	(64.874)	(66)	(3.477)	(1.016)
Depreciação	-	(356)	-	(138)	-
Amortização	-	(270)	-	(301)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(83.898)	582	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(4.236)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(84.332)	53.740	1.951	17.659	855
Receitas financeiras	35	17.390	246	618	232
Despesas financeiras	(19.807)	(320.478)	(1.193)	(1.279)	(43)
Variação cambial, líquida	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(19.772)	(303.088)	(947)	(661)	189
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(104.104)	(249.348)	1.004	16.998	1.044
IR/CSLL					
Correntes	-	-	(232)	(5.899)	(225)
Diferidos	6.870	84.842	(190)	-	265
Lucro líquido (prejuízo) do período	(97.234)	(164.506)	582	11.099	1.084

(i) Investimento destinado à venda, vide nota explicativa nº 13.

(ii) Em 31 de dezembro de 2016 a controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos (ABV) apresentou prejuízo no montante de R\$261.233, capital circulante líquido negativo de R\$479.705 e patrimônio líquido de R\$1.446.585. A insuficiência de capital circulante líquido é principalmente relacionada à outorga a pagar e aos financiamentos obtidos com terceiros. No entanto, a Administração da controlada em conjunto espera alterações significativas no fluxo de caixa operacional devido a alguns eventos, como por exemplo: (i) retomada do crescimento da economia brasileira, que deve reabastecer a demanda aérea, (ii) menor necessidade de recursos para a execução de obras (CAPEX) e (iii) dedução da outorga a pagar devido ao reequilíbrio econômico financeiro aprovado em dezembro de 2016.

A Companhia não possui passivos contingentes em relação à sua participação em controladas em conjunto e também não é contingencialmente responsável por passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto.

d) Informações sobre os saldos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em 31 de dezembro de 2016

<u>Controlada</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>
Econorte	41.031	346.739	98.098	223.954	65.718	(9.995)
Rio Tibagi	5.116	19.788	10.451	110	14.343	19.409
Concepa	180.264	75.009	114.202	21.050	120.021	15.633
Rio Guaíba	5.242	1.641	3.078	-	3.805	30.569
Concer	38.597	1.301.483	703.323	245.838	390.919	(44.249)
Rio Bonito	12.399	1.645	1.088	20	12.936	(24)
Convale	51	13.631	2	-	13.680	(1.043)
Rio Paraíba	-	-	311	-	(311)	92
Concebra	19.910	1.471.954	942.372	176.282	373.210	(29.615)
Dable	1	2.358	-	-	2.359	(29.921)
BRVias Holding	1.494	121.184	30.877	56.453	35.348	(31.249)
Transbrasiliana	22.367	566.759	239.867	228.075	121.184	(17.352)
Maestra	20.668	4.838	19.652	108.840	(102.986)	(11.726)
Vessel Log	5.917	21.839	54.656	4.811	(31.711)	(67.853)
NTL	6.898	13.968	4.991	13.865	2.010	(65.562)
TPI - Log	21.625	20.298	9.559	-	32.364	8.016
Santa Cruz	-	20.792	-	-	20.792	(15)
Rio Claro	26.786	9.378	25.933	-	10.231	(1.498)
Tucano	-	8.892	-	-	8.892	(181)
Retirinho	-	2.674	-	-	2.674	(67)
Guariroba	-	2.864	-	-	2.864	(164)
Estrela	-	2.755	-	-	2.755	(45)
Taboca	1	4.262	-	-	4.263	(63)
Rio Dourado	-	-	-	-	-	(63)
Juno	17.008	-	19.473	-	(2.465)	1.935
ATTT	-	131	-	-	131	(1)
Venus	116.354	676.739	-	678.461	114.632	1.070
Mercurio	1	-	-	-	1	(10)
Netuno	1	-	-	-	1	(9)
Minerva	1	-	-	-	1	(5)
Trevally	1	-	-	-	1	(9)
Terlip	31	2.366	22	-	2.375	(185)

e) Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado

	<u>Patrimônio Líquido</u>		<u>Lucro (Prejuízo) líquido</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Controladora	<b>975.591</b>	1.342.144	<b>(318.608)</b>	67.686
Participação de acionistas não controladores	<b>135.710</b>	124.991	<b>(16.043)</b>	55.669
Consolidado	<b>1.111.301</b>	1.467.135	<b>(334.651)</b>	123.355

## 15. Imobilizado

	Consolidado							
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Imobilizado em Andamento	Veículos	Outros
<b>Custo</b>								
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	36.608	10.441	6.502	1.894	4.462	10.871	26.421	930
Construções / Aquisições	-	-	867	126	312	-	1.815	131
Baixas	-	-	(51)	(17)	(95)	-	(385)	(88)
Transferências	-	10.871	-	-	-	(10.871)	-	-
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>36.608</b>	<b>21.312</b>	<b>7.318</b>	<b>2.003</b>	<b>4.679</b>	<b>-</b>	<b>27.851</b>	<b>973</b>
<b>Depreciação</b>								
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	-	(4.166)	(3.265)	(1.142)	(3.046)	-	(10.356)	(123)
Depreciação	-	(863)	(744)	(147)	(434)	-	(4.433)	(69)
Baixas	-	-	3	16	49	-	1.367	11
Transferências	-	-	-	-	-	-	17	(17)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>-</b>	<b>(5.029)</b>	<b>(4.006)</b>	<b>(1.273)</b>	<b>(3.431)</b>	<b>-</b>	<b>(13.405)</b>	<b>(198)</b>
<b>Valor residual líquido</b>								
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	36.608	6.275	3.237	752	1.416	10.871	16.065	807
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>36.608</b>	<b>16.283</b>	<b>3.312</b>	<b>730</b>	<b>1.248</b>	<b>-</b>	<b>14.446</b>	<b>775</b>
<b>Taxas de depreciação média</b>	-	4%	10%	10%	20%	-	20%	10%

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

## 16. Intangível

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01- Contratos de Concessão não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de exploração das rodovias, por meio de cobrança de pedágio dos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada as curvas de tráfego e de passageiros/cargas estimadas como base para a amortização.

Controladora									
Ágio na aquisição									
Custo	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba	Concepa (iii)	Portonave (ii)	FIP Constantinopla	Desenvolvimento de projetos (iv)	Licenças de uso e softwares	Total Controladora
Saldo em 31/12/2015	41.476	114	267	4.028	78.448	6.452	22.165	1.254	154.204
Adições	-	-	-	-	-	-	9.347	415	9.762
Transferência (x) / (xii)	-	-	-	-	(78.448)	(6.452)	-	-	(84.900)
Saldo em 31/12/2016	41.476	114	267	4.028	-	-	31.512	1.669	79.066
Amortização									
Saldo em 31/12/2015	(27.636)	-	(210)	-	-	-	(509)	(667)	(29.022)
Amortização	(2.353)	-	(38)	(2.544)	-	-	(223)	(221)	(5.379)
Saldo em 31/12/2016	(29.989)	-	(248)	(2544)	-	-	(732)	(888)	(34.401)
Valor residual líquido									
Saldo em 31/12/2015	13.840	114	57	4.028	78.448	6.452	21.656	587	125.182
Saldo em 31/12/2016	11.487	114	19	1.484	-	-	30.780	781	44.665
Taxas de amortização	0,63%	-	0,95%	-	-	-	-	20%	-

Consolidado							
Ágio na aquisição							
Custo	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (v)	Agio na aquisição da Transbrasiliana (vi)	Projetos de atividades portuárias (vii)	Projetos/Estudos de PCHs (viii)	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	154.204	4.709.873	17.738	195	9.902	384	4.892.296
Adições	9.762	391.361	-	-	-	357	401.480
Novos investimentos (xi)	-	-	-	2.032	-	-	2.032
Transferência (ix)	(84.900)	468.736	-	-	-	-	383.836
Baixas	-	(3.360)	-	-	-	(4)	(3.364)
Saldo em 31/12/2016	79.066	5.566.610	17.738	2.227	9.902	737	5.676.280
Amortização							
Saldo em 31/12/2015	(29.022)	(1.698.737)	(619)	-	-	(188)	(1.728.566)
Amortização	(5.379)	(262.176)	(665)	-	-	(14)	(268.234)
Amortização - mais valia	-	(46.851)	-	-	-	-	(46.851)
Baixas	-	(1.119)	-	-	-	(7)	(1.126)
Saldo em 31/12/2016	(34.401)	(2.008.883)	(1.284)	-	-	(209)	(2.044.777)
Valor residual líquido	125.182	3.011.136	17.119	195	9.902	196	3.163.730
Saldo em 31/12/2015	44.665	3.557.727	16.454	2.227	9.902	528	3.631.503

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, e foram amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-Log pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a TPI-Log reconheceu como ágio o valor referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam à AEL Assessoria e Administração de Empresas, conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009, cujo montante corrigido monetariamente foi de R\$11.969. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log foi cindida parcialmente, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas. A parcela cindida incluía o ágio pago na aquisição da Portonave, no montante de R\$118.861. No processo de incorporação, o montante de R\$40.413 (correspondente ao benefício fiscal), foi alocado à Portonave, enquanto o montante de R\$78.448 foi transferido à Companhia.
- (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iv) As adições referem-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário, geração de energia e aeroportos. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em operação e serão amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações. A amortização alocada em Desenvolvimento de Projetos refere-se aos gastos com estudos desenvolvidos para o Leilão de Aeroportos da ANAC de 2012, que estão sendo amortizados durante o período de concessão do Aeroporto de Viracopos.
- (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (vi) Refere-se ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição da BRVias Holding TBR, controladora da concessionária Transbrasiliana.
- (vii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário, que ainda não estão em fase operacional.
- (viii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, que ainda não estão em fase operacional.
- (ix) R\$ 468.736 referem-se à reclassificação do ativo financeiro para ativo intangível de concessão rodoviária referente ao 12º aditivo da Concer, conforme nota explicativa nº 9.

- (x) R\$ 6.452 referem-se ao ágio gerado pela aquisição do FIP Constantinopla, acionista da Tijoá à época. O investimento no FIP e consequentemente seu ágio foram transferidos para a controlada Juno em maio de 2016. Em dezembro de 2016 o montante foi transferido para "Participações a comercializar", vide nota explicativa nº 13.
- (xi) R\$ 2.032 referem-se à intangíveis da controlada Terlip que, com a alteração de participação societária, passou a ser consolidada pela Companhia em dezembro de 2016.
- (xii) O ágio referente à aquisição da Portonave (R\$ 78.448) foi transferido para "Participações a comercializar", vide nota explicativa nº 13.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2017 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital das companhias. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

## 17. Obrigações do Contrato de Concessão

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente. A provisão para manutenção é trazida a valor presente utilizando-se a taxa interna de retorno das respectivas concessões.

	Consolidado				
	Econorte	Concebra	Concer	Transbrasiliana	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>25.145</b>	<b>92.399</b>	<b>598</b>	<b>10.372</b>	<b>128.514</b>
Constituição da provisão para manutenção	14.557	32.854	-	4.181	51.592
Efeito do valor presente sobre a constituição	5.524	14.134	-	3.224	22.882
Reversões (i)	-	-	-	(16.293)	(16.293)
Realização da manutenção	(5.107)	-	-	-	(5.107)
Ajuste a valor presente - realizações	(3.126)	-	-	-	(3.126)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>36.993</b>	<b>139.387</b>	<b>598</b>	<b>1.484</b>	<b>178.462</b>
Circulante	22.925	-	598	-	23.523
Não circulante	14.068	139.387	-	1.484	154.939

- (i) A controlada Transbrasiliana registrou uma reversão de provisão de manutenção no valor de R\$16.293 devido à readequação do cronograma de manutenções da rodovia. O cronograma foi reajustado devido à notificação recebida da ANTT em dezembro de 2016, informando que a fase de recuperação inicial da rodovia não havia sido concluída, portanto os próximos gastos com melhoria da rodovia deverão ser capitalizados, e não serão considerados manutenção até que a fase de recuperação esteja finalizada e aprovada pela ANTT.



## 18. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			31/12/16	31/12/15
<b>Triunfo (controladora):</b>				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a.	4.840	9.308
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	TJLP + 5%a.a.	12.476	-
Conta garantida - Santander	Não há	130% do CDI	2.235	50.806
Conta garantida - Banco do Brasil	Não há	CDI + 2,3798% a.a.	-	30.299
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	Não há	CDI + 4,907% a.a.	28.325	50.469
Cédula de crédito bancário - Credit Suisse	Garantia Fidejussória - THP	CDI + 10,0% a.a.	-	90.895
Cédula de crédito bancário - Banco do Brasil	Coobrigações THP	140% do CDI	19.923	20.319
<b>Concepa:</b>				
Cédula de crédito bancário - Banco Original	Aval da Companhia + cessão de recebíveis	CDI + 5,536% a.a.	27.745	-
Cédula de crédito bancário - Banco BMG	Aval da Companhia	CDI + 7,69% a.a.	-	15.224
Cédula de crédito bancário - Santander	Não há	130% do CDI	16.277	21.139
Cédula de crédito bancário - BBM	Aval da Companhia e Rio Guaíba + cessão de recebíveis	CDI + 5,75% a.a.	31.205	-
<b>Concer:</b>				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Fiança (Triunfo)	8,0% a.a.	1.832	3.523
Cédula de crédito bancário - Banco Guanabara	Alienação fiduciária dos bens financiados	CDI + 7,4424% a.a.	7.816	-
FINAME - Banco Mercedes	Alienação fiduciária dos bens financiados	6% a.a.	2.082	3.005
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	Aval da Companhia	CDI + 7,50% a.a.	6.992	16.010
FINAME - Banco Guanabara	Alienação fiduciária e Fiança	4% a.a.	1.018	9.512
FINAME - Banco ABC do Brasil	Alienação fiduciária (Triunfo) e Carta fiança	7,5% a.a.	209	627
Cédula de crédito bancário - Banco Pine	Aval da Companhia	CDI + 6,5% a.a.	48.356	52.863
Conta Garantida - Banco ABC do Brasil	Não há	CDI + 4,9% a.a.	37.535	39.500
Empréstimo Ponte - BNDES	Fiança da Companhia e Carta fiança	TJLP + 4,25% a.a.	193.487	161.249
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo	Aval da Companhia	CDI + 7,0% a.a.	12.282	12.702
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra	Aval da Companhia	CDI + 8,3% a.a.	8.355	-
Arrendamento Mercantil	Alienação fiduciária dos bens financiados	8,89% a.a.	20	321
Crédito Direto ao Consumidor - Banco Guanabara	Alienação fiduciária e fiança	24,60% a.a.	138	-
<b>Econorte:</b>				
Conta garantida - Santander	Não há	132,5% do CDI.	1.200	-
Cédula de crédito bancário - Banco Original	Aval da Companhia	CDI + 3,90% a.a.	-	10.000
<b>Vessel:</b>				
Arrendamento Mercantil – Banco Safra	Alienação fiduciária e Aval da Companhia	14,98% a.a.	132	663
FINAME – BNDES	Alienação fiduciária e Aval da Companhia	7,5% a.a.	4.651	6.649
<b>Concebra:</b>				
Empréstimo BNDES	Fiança da Companhia e fiança bancária	TJLP + 2% a.a.	824.990	740.074
Cédula de crédito bancário - BDMG	Aval da Companhia	CDI + 5,25% a.a.	30.622	26.115
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	14,98% a.a.	592	1.444
Arrendamento Mercantil - Banco Volkswagen	Alienação fiduciária dos bens financiados	14,98% a.a.	-	27
<b>Rio Bonito:</b>				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	53	97
FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária e Aval da Companhia	7,2% a.a. a 11,7% a.a.	47	169
CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	18,02% a.a.	41	84
CDC – Banco Volvo	Aval da Companhia	14,44% a.a.	4	41
<b>Maestra:</b>				
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia	CDI + 5,8% a.a.	13.128	51.667
Cédula de crédito bancário – Banco Original	Aval da Companhia e da Rio Guaíba	133% do CDI	-	11.587
<b>NTL:</b>				
Financiamento de imobilizado – BNDES	Alienação fiduciária, Carta fiança e Aval da Companhia	TJLP +4,16% a.a.	12.335	13.598
<b>Transbrasiliana:</b>				
Finem – BNDES	Direitos Creditórios -Contrato de Concessão e penhor de ações	TJLP + 2,91% a.a.	186.269	199.053
Finame – BNDES	Direitos Creditórios -Contrato de Concessão	TJLP + 2% a.a.	6	871
CCB- Banco ABC	Não há	CDI + 5,8% a.a.	25.167	4.949
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	16,77% a.a.	616	1.006
Arrendamento Mercantil – HP Financial	Alienação fiduciária dos bens financiados	11,26% a.a.	1.094	-
Cédula de crédito bancário – BTG Pactual	Ações Tijoá	CDI + 7,0% a.a.	82.888	-
			<b>1.646.983</b>	<b>1.655.865</b>
Parcela do circulante			1.421.838	1.450.756
Parcela do não circulante			225.145	205.109

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 está assim distribuído:

<b>Ano</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2018	<b>8.198</b>	<b>53.720</b>
2019	<b>2.198</b>	<b>30.917</b>
2020	<b>2.198</b>	<b>27.667</b>
2021	<b>2.198</b>	<b>30.171</b>
A partir de 2022	<b>1.398</b>	<b>82.670</b>
	<b>16.190</b>	<b>225.145</b>

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2016, as cláusulas restritivas dos contratos da Companhia e de suas controladas estão sendo cumpridas, exceto pelos empréstimos ponte da Concer e da Concebra com o BNDES, que encontram-se vencidos no final do exercício. No entanto, nenhum efeito contábil seria registrado, uma vez que os financiamentos citados já estão classificados integralmente no passivo circulante.

A Administração da Companhia está trabalhando para melhorar sua estrutura de capital, negociando alternativas para o alongamento do perfil do seu endividamento na controladora e em suas controladas.

O elevado grau de endividamento no curto prazo deve-se principalmente aos financiamentos do BNDES liberados na modalidade de empréstimos ponte às controladas Concer e Concebra, que seria readequado com a liberação dos empréstimos na modalidade longo prazo da mesma instituição financeira.

Para a controlada Concebra, no dia 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo, no valor de R\$3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470.000 com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do período de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos.

O primeiro desembolso do financiamento seria destinado à quitação do empréstimo-ponte, concedido pelo BNDES à Concebra em setembro de 2015, e aos investimentos previstos no contrato de concessão para duplicação de 647,8 km de rodovias.

O vencimento do empréstimo-ponte citado, que inicialmente era 15 de outubro de 2016, foi renovado para 15 de dezembro de 2016, conforme a Decisão de Diretoria 616/2016-BNDES. No entanto, até o momento a controlada não recebeu a liberação do financiamento de longo prazo e, desta forma, não foi possível realizar a liquidação do empréstimo-ponte. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 32 – eventos subsequentes.

## 19. Debêntures

Emissora	Série	Debêntures Emitidas	Data Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	Taxa efetiva de juros a.a.	Saldos em	
										31/12/2016	31/12/2015
Triunfo (i)	3ª Emissão	180	22/06/2011	Junho/2018	180.000	(7.683)	172.317	IPCA + 9,11%	IPCA + 9,82%	-	87.059
Triunfo (ii)	(4ª Emissão - 1ª Série)	8.066	23/10/2012	Outubro/2017	80.660	(4.125)	76.535	CDI + 2,20%	CDI + 3,48%	-	24.800
Triunfo (iii)	(4ª Emissão - 2ª Série)	39.184	23/10/2012	Outubro/2017	391.840	(20.036)	371.804	IPCA + 8,5%	IPCA + 9,64%	-	227.663
Concepa (iii)	5ª Emissão	16.000	10/02/2012	Setembro/2016	160.000	(4.320)	155.680	CDI + 1,95%	CDI + 2,85%	-	56.535
Concepa (iv)	6ª Emissão	210	24/11/2014	Maio/2016	210.000	(2.327)	207.673	CDI + 2,50%	CDI + 3,24%	-	210.987
Econorte (v)	3ª Emissão	24.600	15/04/2015	Abril/2020	246.000	(6.435)	239.565	CDI + 3,20%	CDI + 3,95%	212.617	247.379
Vessel-log (vi)	1ª Emissão	145.000	21/09/2012	Setembro/2017	145.000	(3.188)	141.812	IPCA + 7,60%	IPCA + 8,19%	38.159	84.137
Concer (vii)	1ª Emissão	200	12/07/2013	Junho /2018	200.000	(8.750)	191.250	CDI + 3,85%	CDI + 4,82%	167.092	199.200
BRVias Holding TBR (viii)	1ª Emissão	44.000	22/12/2010	Dezembro/2021	44.000	-	44.000	IGPM + 12%	IGPM + 12%	73.329	61.253
Transbrasiliana (ix)	7ª Emissão	68.000	31/07/2014	Dezembro/2015	68.000	-	68.000	102% do CDI	102% do CDI	-	70.063
Vênus (x)	1ª Emissão	699.331	23/11/2016	Janeiro / 2021	647.300	(7.355)	639.945	13,5% a 15,5%	23,64%	678.461	-
					<u>2.372.800</u>	<u>(64.219)</u>	<u>2.308.581</u>			<u>1.169.658</u>	<u>1.269.076</u>

Circulante 222.634 679.381

Não circulante 947.024 589.695

- (i) Debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, liquidadas em novembro de 2016. Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, estavam sendo apresentados como redutores do saldo devedor e representavam o montante de R\$2.432 em 31 de dezembro de 2015.
- (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia real adicional em até duas séries, liquidadas em novembro de 2016. Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, estavam sendo apresentados como redutores do saldo devedor e representavam o montante de R\$14.265 em 31 de dezembro de 2015.
- (iii) Debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, liquidadas em julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 os gastos eram apresentados como redutores do saldo devedor e representavam o montante de R\$650.
- (iv) Debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, liquidadas em abril de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 os gastos eram apresentados como redutores do saldo devedor e representavam o montante R\$685.
- (v) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, aprovadas pela CVM em 9 de abril de 2015.  
Foram contratados instrumentos financeiros derivativos (Swap), vinculados a esta emissão (vide nota explicativa 28c), e para melhor apresentar o efeito dessa operação nas Demonstrações Financeiras foi aplicado *Hedge Accounting*, gerando ajustes a valor justo no saldo de debêntures a pagar. Os gastos com emissão, apresentados como redutores do saldo devedor, representa o montante de R\$4.800, e o ajuste a valor justo, também apresentado como redutor do saldo devedor, representa o montante de R\$(1.130) em 31 de dezembro de 2016.
- (vi) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries. Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.487 e R\$680 em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, respectivamente. Os índices financeiros da cláusula de vencimento antecipado da escritura de debêntures da Vessel estão atrelados aos índices da controladora TPI.
- (vii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória. Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$3.950 e R\$2.906 em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, respectivamente.
- (viii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, com amortizações anuais desde dezembro de 2012. A parcela com vencimento em dezembro de 2016 encontra-se em aberto e em negociação com o credor.
- (ix) Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, liquidada em junho de 2016.
- (x) Debêntures privadas conversíveis em ações, com remuneração de 13,5% a 15,5% a.a. durante o período, incluindo ainda variação cambial e prêmio a ser pago no vencimento. A emissão possui como garantia a alienação fiduciária de ações da Portonave, subordinada aos atuais debenturistas do ativo. O saldo desta debênture está registrado a *Fair Value Option* devido às opções de câmbio e do prêmio, vide maiores detalhes dos derivativos na nota explicativa nº 28. Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$3.950 em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 todas as cláusulas restritivas das escrituras de debêntures da Companhia e de suas controladas estão sendo cumpridas.

A parcela registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016, com vencimento até o ano 2021, está assim distribuída:

Ano	Consolidado
2017	222.634
2018	128.990
2019	82.552
2020	51.469
2021	684.013
	<b>1.169.658</b>

## 20. Notas Promissórias

Emissora	Data Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Taxa de juros	31/12/2016	31/12/2015
Concer	17/07/2015	Janeiro/2016	210.000	CDI + 2,00%	-	214.063
Concer	14/07/2016	Janeiro/2017	210.000	CDI + 2,00%	<b>216.993</b>	-
					<b>216.993</b>	214.063

Os recursos foram utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040.

## 21. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	<b>4.977</b>	5.603
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	<b>511</b>	-	<b>11.606</b>	15.570
Imposto de Renda Retido na Fonte	-	268	<b>3.824</b>	3.004
Cofins	<b>614</b>	599	<b>39.229</b>	19.220
PIS	<b>100</b>	113	<b>7.172</b>	4.901
INSS	-	-	<b>9.399</b>	5.593
Imposto Sobre Serviços	<b>1</b>	21	<b>31.993</b>	27.858
Imposto sobre Operações Financeiras	<b>633</b>	356	<b>7.231</b>	5.303
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	-	178	<b>2.160</b>	3.407
ICMS	-	-	<b>9.007</b>	11.648
Outros impostos e contribuições	<b>125</b>	-	<b>7.193</b>	1.812
	<b>1.984</b>	1.535	<b>133.791</b>	103.919
Parcela do circulante	<b>1.984</b>	1.535	<b>106.867</b>	89.817
Parcela do não circulante	-	-	<b>26.924</b>	14.102

## 22. Provisão para demandas judiciais e administrativas

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				
	31/12/15	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/16
Processos cíveis	1.130	2.088	(712)	-	<b>2.506</b>
Processos tributários	-	381	-	-	<b>381</b>
Processos trabalhistas	2.413	1.126	(283)	(1.236)	<b>2.020</b>
Total provisões	3.543	3.595	(995)	(1.236)	<b>4.907</b>

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

A Companhia e suas controladas são polo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$133.781 e R\$25.485 em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

## 23. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Deste total de aumento autorizado, até 31 de dezembro de 2016 já foram emitidas 92.575.734 novas ações.

### b) Ações em tesouraria

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, com prazo de 365 dias, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto atual das ações da Companhia no Mercado.

Em 22 de março de 2016, foi aprovado novo programa de recompra de ações, com prazo máximo de 18 meses. Poderão ser adquiridas até 4.750.200 ações ordinárias, dentro do limite de 10,0% da quantidade de ações em circulação, conforme definição do artigo 5º da Instrução CVM 10/80.

Até 31 de dezembro de 2016 foram recompradas 2.493.400 ações, totalizando R\$10.894.

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados” integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A controlada em conjunto Portonave efetuou ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. O valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e são realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

No exercício de 2015, além da realização reflexa do ajuste ao custo atribuído da Portonave, foi realizado o montante de R\$75.992 referente ao ajuste ao custo atribuído da empresa Rio Verde, em decorrência da alienação do investimento naquele período.

e) Lucro (Prejuízo) por ação

	31/12/2016	31/12/2015
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	<b>(318.608)</b>	67.686
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	<b>173.653.857</b>	175.261.809
Média ponderada das opções exercíveis ao final do período – diluído	<b>2.000.000</b>	2.000.000
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	<b>(2.000.000)</b>	(1.999.996)
Resultado por ação – básico	<b>(1,83473)</b>	0,38620
Resultado por ação – diluído	<b>(1,83473)</b>	0,38620
Resultado por ação - básico e diluído das operações continuadas	<b>(1,77602)</b>	0,14431
Resultado por ação - básico e diluído das operações descontinuadas	<b>(0,05871)</b>	0,24189

Em exercícios anteriores, o Conselho de Administração aprovou outorgas de opção de compra de 2.000.000 ações da Companhia para executivos e empregados. Estas opções não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2016, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período. As despesas referentes as opções de compra de ações foram totalmente reconhecidas em exercícios anteriores.

f) Lucro (Prejuízo) base de dividendos

	31/12/16	31/12/15
Lucro (Prejuízo) líquido	<b>(318.608)</b>	67.686
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	<b>18.104</b>	14.626
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	<b>25.438</b>	104.385
Lucro (Prejuízo) Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	<b>(275.066)</b>	186.697
(-) Reserva Legal (5% do lucro líquido)	-	(3.384)
Saldo à disposição dos acionistas	<b>(275.066)</b>	183.313

g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

h) Participação de acionistas não controladores

O saldo de participação de acionistas não controladores apresentado no Patrimônio Líquido consolidado refere-se à parcela dos demais acionistas das investidas Concer e Rio Bonito, que são consolidadas integralmente pela Companhia. As transações de não controladores são basicamente relacionadas ao resultado de equivalência e aos aportes de capital efetuados pelos acionistas minoritários nas investidas.

## 24. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	<b>1.270.290</b>	1.015.430
Operação de energia	-	10.524
Construção de ativos das concessões de rodovia	<b>366.593</b>	1.507.439
Outros	<b>18.401</b>	16.259
	<b>1.655.284</b>	2.549.652
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	<b>(112.281)</b>	(96.760)
	<b>1.543.003</b>	2.452.892

### *Receita de pedágio*

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

### *Reconhecimento de receita e margem de construção*

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela

prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

A Companhia também avaliou que não está previsto no contrato original de concessão qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção nas concessões rodoviárias.

Diferente disso, nos aditivos contratuais das empresas Concer e Concepa, está previsto remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, foram determinadas as margens com relação às receitas de construção dos aditivos contratuais.

A controlada Concebra, com base em estudos realizados e levantamentos internos, identificou custos que só existem em função das obras de duplicação e recuperação das rodovias e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Concebra contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2014, margem de construção de 2,6% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela administração para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

#### *Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias*

Receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros.



## 25. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura						Total Importância segurada (i)
	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	Outros	
Econorte	10.000	84.353	3.000	-	89.691	-	187.044
Concer	18.841	103.331	43.742	-	17.310	10.000	193.224
Concepa	4.000	405.015	3.907	-	29.110	6.400	448.432
Concebra	10.000	20.000	10.000	-	428.550	2.683	471.233
Portonave	-	-	-	-	-	-	-
Aeroportos Brasil - Viracopos	20.000	2.425.184	1.000	-	406.942	320	2.853.446
Tijóá	20.000	653.000	-	-	-	-	673.000
Transbrasiliana	10.000	975.176	18.500	-	58.582	367	1.062.625
Vetria	-	-	-	-	50.414	-	50.414
TPI	-	-	-	40.000	-	7.000	98.703
<b>Total R\$</b>	<b>92.841</b>	<b>4.666.059</b>	<b>80.149</b>	<b>40.000</b>	<b>1.080.599</b>	<b>26.770</b>	<b>5.986.418</b>
Aeroportos Brasil - Viracopos	500.000	-	-	-	-	-	500.000
<b>Total US\$</b>	<b>500.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>500.000</b>

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices.

Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

## 26. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de abril de 2016 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$14.107. O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró labore	5.677	5.030	16.833	14.934
Encargos sociais	1.890	1.891	4.468	3.433
Benefícios diretos e indiretos	261	255	852	2.009
Participações nos resultados	4.782	6.144	6.988	7.275
	<b>12.610</b>	<b>13.320</b>	<b>29.141</b>	<b>27.651</b>

## 27. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
<b>Receita financeira</b>				
Rendimento de aplicação financeira	5.080	4.924	13.207	9.974
Valor justo debêntures	-	-	-	2.275
Instrumentos derivativos	-	-	3.308	6.368
Ganho realizado – swap	-	-	9.735	-
Juros recebidos	393	894	2.506	3.864
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	28.528	-	256	8.513
Outros juros e descontos obtidos	24.052	9.276	4.009	10.022
	<b>58.053</b>	<b>15.094</b>	<b>33.021</b>	<b>41.016</b>
<b>Despesa financeira</b>				
Juros e remunerações sobre debêntures	(51.139)	(144.014)	(151.671)	(240.443)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(52.380)	(50.996)	(360.152)	(277.251)
Outros juros, multas e atualizações	(27.183)	(53.857)	(78.884)	(86.231)
Instrumentos derivativos	-	-	(14.306)	(12.664)
Valor justo debêntures	(36.793)	-	(41.628)	-
Impostos sobre operações financeiras	(3.570)	(7.783)	(5.676)	(9.637)
	<b>(171.065)</b>	<b>(256.650)</b>	<b>(652.317)</b>	<b>(626.226)</b>
 Variação Cambial Líquida	 -	 -	 -	 (793)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(113.012)</b>	<b>(241.556)</b>	<b>(619.296)</b>	<b>(586.003)</b>

## 28. Instrumentos financeiros

### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativos Financeiros</b>				
Aplicações financeiras vinculadas	34.875	48.627	34.875	48.627
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	11.805	-	11.805
<b>Total</b>	<b>34.875</b>	<b>60.432</b>	<b>34.875</b>	<b>60.432</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	1.646.983	1.655.865	1.646.983	1.655.865
Debêntures	1.169.658	1.269.076	1.169.658	1.269.076
Notas Promissórias	216.993	214.063	216.993	214.063
Dividendos	41.543	1.543	41.543	1.543
Instrumentos Financeiros Derivativos	23.662	24.469	23.662	24.469
<b>Total</b>	<b>3.098.839</b>	<b>3.165.016</b>	<b>3.098.839</b>	<b>3.165.016</b>

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A debênture da Econorte, que é objeto de hedge, é mensurada a valor justo.
- A debênture da Vênus foi reconhecida como um passivo a valor justo por meio de resultado, utilizando técnicas de avaliação e premissas que são praticadas no mercado.
- Os demais empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	31 de dezembro de 2016		
	Ativos/passivos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Inputs significativamente observáveis (Nível 2)	Inputs significativamente inobserváveis (Nível 3)
<b>Ativos/Passivos mensuráveis a valor justo</b>			
Debênture (Econorte)	-	212.617	-
Derivativo (swap)	-	23.662	-
Debêntures (Vênus)	-	-	678.461
<b>Ativos/Passivos com divulgação do valor justo</b>			
Debênture (Econorte)	-	212.617	-
Derivativo (swap)	-	23.662	-
Debêntures (Vênus)	-	-	678.461

c) Instrumentos financeiros derivativos

- Econorte:

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Econorte mantinha um contrato de Swap de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger a remuneração de juros de CDI + 1,90% a.a. referente à 3ª Emissão de Debêntures da Econorte. O contrato de swap prevê que a Econorte transfira o risco de CDI + 1,90% a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10% a.a.

O valor nominal contratado foi de R\$ 246.000 com vencimento semestral sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de Abril de 2020. Os vencimentos do Swap correspondem aos pagamentos de juros da debênture.

A Econorte implementou Hedge de valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo são registrados diretamente na demonstração do resultado.

Os efeitos da mensuração a valor justo do swap e da debênture estão representados no quadro abaixo. A ineficácia reconhecida apurada na data base da apresentação das demonstrações financeiras foi insignificante.

A Econorte mantém controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

Instrumentos Derivativos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Ganho/Perda instrumentos derivativos	<b>(24.891)</b>	(10.585)
Marcação a mercado derivativos	<b>1.229</b>	(2.079)
Total instrumentos financeiros derivativos	<b>(23.662)</b>	(12.664)
Ativo Circulante	-	11.805
Passivo Circulante	<b>(10)</b>	-
Passivo Não circulante	<b>(23.652)</b>	(24.469)
	<b>(23.662)</b>	(12.664)

Ajuste a valor justo debêntures

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Ajuste valor justo das debêntures	<b>(1.130)</b>	2.276
Total ajuste valor justo debêntures	<b>(1.130)</b>	2.276
Efeito no Passivo Circulante	<b>(15.830)</b>	(25.383)
Efeito no Passivo Não circulante	<b>14.700</b>	27.659

A tabela abaixo apresenta a perda com valor justo do swap segregado por período:

Prazo	2017	2018	2019	2020	Total
Valor	(10)	(5.581)	(11.261)	(6.810)	(23.662)

- Vênus:

Em novembro de 2016, a controlada Vênus emitiu Debêntures privadas conversíveis em ações, conforme descrito na nota explicativa número 19, com remuneração de 13,5% a.a. nos primeiros 12 meses, 14,5% a.a. do 13º ao 24º mês e 15,5% a partir do 25º mês. A remuneração inclui ainda variação cambial caso as cotações do dólar estejam abaixo de R\$2,91 ou acima de R\$3,14, com PTAX limite de R\$3,99 do 1º ao 12º mês, R\$4,24 do 13º ao 24º mês, R\$4,45 do 25º ao 36º mês e R\$4,70 do 37º ao 48º mês.

O prazo da dívida é 50 meses, e o vencimento ocorre integralmente em janeiro de 2021, podendo ser antecipado a qualquer momento.

Adicionalmente, poderá ser pago ao debenturista um prêmio, no 50º mês após a emissão da dívida (data de vencimento), o valor resultante da diferença entre a média ponderada por volume financeiro de negociação das ações da TPI na BMF&BOVESPA durante os 60 pregões que antecederem a data de vencimento e o valor de R\$4,46, multiplicado por 15.000.000.

O saldo desta debênture está registrado a *Fair Value Option* devido às opções de câmbio e do prêmio.

O valor justo da debênture da controlada Vênus, foi mensurado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado. O valor justo representa R\$685.522 composto por R\$509.241 referentes ao valor justo da dívida, R\$157.226 referentes as opções de câmbio e R\$19.054 referentes ao prêmio da opção de remuneração adicional.

d) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 13,50% para o ano de 2017 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2016, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

*Triunfo (Controladora e consolidado)*

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Aplicações financeiras	CDI	10,25%	7,69%	5,13%
Triunfo	CDI	35	26	17
Econorte	CDI	2.042	1.532	1.021
Concer	CDI	3	2	1
Transbrasiliana	CDI	853	639	426
BR Vias Holding TBR	CDI	24	18	12
Concebra	CDI	289	217	145
Rio Claro	CDI	43	32	22
NTL	CDI	680	510	340
R\$38.718 (*)		3.969	2.976	1.984
Taxa/índice sujeitos às variações (**)	CDI	10,25%	7,69%	5,13%

(\*) Saldos em 31 de dezembro de 2016 aplicados em CDB e Fundos DI

(\*\*) Fonte BACEN

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA projetados para o ano de 2017, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2017 e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2016 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

*Triunfo (Controladora e Consolidado)*

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Empréstimos BNDES – Concebra	TJLP	61.874	77.343	92.811
Cédula de crédito bancário BDMG - Concebra	CDI	3.139	3.923	4.708
Cédula de crédito bancário Original - Concepa	CDI	2.844	3.555	4.266
Cédula de crédito bancário Santander - Concepa	CDI	1.668	2.085	2.503
Cédula de crédito bancário BBM - Concepa	CDI	3.199	3.998	4.798
Conta garantida Banco Santander - Triunfo	CDI	229	286	344
Finep BNDES - Triunfo	TJLP	936	1.170	1.404
Conta garantida Bic Banco - Triunfo	CDI	2.903	3.629	4.355
Cédula de crédito bancário Banco do Brasil - Triunfo	CDI	2.042	2.553	3.063
Cédula de crédito bancário Banco Guanabara - Concer	CDI	801	1.001	1.202
Conta garantida Banco ABC do Brasil - Concer	CDI	3.847	4.809	5.771
CCB Banco Pine - Concer	CDI	4.956	6.196	7.435
CCB Banco Pan - Concer	CDI	717	896	1.075
Notas promissórias - Concer	CDI	22.242	27.802	33.363
Conta Garantida Banco Credito Varejo - Concer	CDI	1.259	1.574	1.888
Empréstimo Ponte BNDES -Concer	TJLP	14.512	18.139	21.767
Cédula de crédito bancário Banco Fibra - Concer	CDI	856	1.070	1.285
CCB Banco ABC - Maestra	CDI	1.346	1.682	2.018
Financiamento de Imobilizado BNDES - NTL	TJLP	925	1.156	1.388
Finem BNDES - Transbrasiliana	TJLP	13.970	17.463	20.955
Finame BNDES - Transbrasiliana	TJLP	-	1	1
Nota de crédito Banco ABC - Transbrasiliana	CDI	2.580	3.225	3.869
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual - Transbrasiliana	CDI	8.496	10.620	12.744
Cédula de crédito bancário - Banco Santander - Econorte	CDI	123	154	185
R\$1.846.607 (**)		155.464	194.330	233.198
Debêntures - Econorte	CDI	21.793	27.242	32.690
Debêntures - Concer	CDI	17.127	21.409	25.690
Debêntures - Vessel-log	IPCA	1.874	2.342	2.810
Debêntures - BR Vias Holding TBR	IGP-M	3.351	4.189	5.027
R\$491.197 (**)		44.145	55.182	66.217
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	CDI	10,25%	12,81%	15,38%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IGP-M	4,57%	5,71%	6,86%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Taxa/Índice sujeitos às variações (***)	IPCA	4,91%	6,14%	7,37%

(\*) Saldos em 31 de dezembro de 2016

(\*\*) Fonte: BACEN

(\*\*\*) Fonte: Relatório Santander

Para verificar a sensibilidade da debênture da Vênus e seus derivativos financeiros, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2017, e a partir destes calculadas variações positivas e negativas de 25% e 50%. Foram analisados os riscos cambial, de crédito e do prêmio.

*Vênus (Consolidado)*

Risco	Cenário provável	Cenário II - 50%	Cenário III - 25%	Cenário IV 25%	Cenário V 50%
Risco cambial (USD) (i)	(184.438)	261.650	33.364	(225.527)	(227.454)
Risco de crédito (ii)	(7.082)	(62.605)	(30.171)	28.094	54.280
Risco da ação da TPI (iii)	(3.725)	14.205	7.830	(9.068)	(18.727)

- (i) Efeito da opção do câmbio no valor justo da operação. Para o cenário provável foi utilizado o câmbio projetado para 2017 de R\$3,47 divulgado pelo BACEN.
- (ii) O cenário provável representa a variação do risco de crédito da Companhia e benchmark, implícitos no valor justo da dívida em 31 de dezembro de 2016.
- (iii) Utilizada a expectativa do preço futuro da ação da TPI para 31 de dezembro de 2017, conforme consulta à Bloomberg.

e) Análise de riscos

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

i) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

ii) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aproximadamente 50,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%. A controlada em conjunto Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.



iii) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

iv) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

v) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

As atividades do segmento de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

vi) Gestão de capital

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	31/12/2015	<b>31/12/2016</b>	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	<b>67.799</b>	252.096	<b>1.646.983</b>	1.655.865
Debêntures (Nota 19)	-	339.522	<b>1.169.658</b>	1.269.076
Notas promissórias	-	-	<b>216.993</b>	214.063
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	<b>(350)</b>	(109.488)	<b>(69.781)</b>	(156.406)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 7)	-	-	<b>(34.875)</b>	(48.627)
Dívida líquida	<b>67.449</b>	482.130	<b>2.928.978</b>	2.933.971
Patrimônio líquido	<b>975.591</b>	1.342.144	<b>1.111.301</b>	1.467.135
Total do capital	<b>1.043.040</b>	1.824.274	<b>4.040.279</b>	4.401.106
Índice de alavancagem financeira - %	<b>6,47</b>	26,43	<b>72,49</b>	66,66

## 29. Informações por segmento

Nos segmentos operacionais consolidados da Companhia estão os seguintes negócios:

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Dable, Holding TBR, Transbrasiliana, Concebra, Triunfo Convale, Rio Paraíba, Maestra e Vessel;
- Administração de portos: TPI-Log e Vênus;
- Energia: Juno;
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: NTL, Terlip, Rio Claro, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Rio Dourado, Netuno, Mercúrio, Minerva e ATTT.

As controladas em conjunto que atuam nos segmentos portuário, aeroportuário e de energia não são consolidadas pela Companhia e encontram-se destinadas à venda (vide nota explicativa nº 13).

A Companhia possui atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	31/12/2016						
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
<b>Operações em continuidade</b>							
Receita operacional líquida	1.543.003	-	-	-	-	-	1.543.003
Custos dos serviços prestados	(987.362)	-	-	-	-	-	(987.362)
Lucro bruto	555.641	-	-	-	-	-	555.641
Receitas (Despesas) operacionais	(167.019)	10.794	4.304	(1.599)	(195.401)	168.248	(180.673)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	388.622	10.794	4.304	(1.599)	(195.401)	168.248	374.968
Resultado financeiro	(504.201)	(1.723)	-	(360)	(113.012)	-	(619.296)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(115.579)	9.071	4.304	(1.959)	(308.413)	168.248	(244.328)
Imposto de renda e contribuição social	(80.062)	-	-	(66)	-	-	(80.128)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(195.641)	9.071	4.304	(2.025)	(308.413)	168.248	(324.456)
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	(10.195)	-	(10.195)
Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas	(195.641)	9.071	4.304	(2.025)	(318.608)	168.248	(334.651)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	16.043	16.043
Lucro (prejuízo) líquido do período	(195.641)	9.071	4.304	(2.025)	(318.608)	184.291	(318.608)
Ativos totais por segmento	4.109.506	855.808	17.008	60.144	2.072.794	(2.140.905)	4.974.355
Passivos totais por segmento	3.259.523	688.020	19.473	25.955	1.097.203	(1.227.120)	3.863.054

	31/12/2015						
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
<b>Operações em continuidade</b>							
Receita operacional líquida	2.443.100	-	9.792	-	-	-	2.452.892
Custos dos serviços prestados	(1.676.293)	-	(4.780)	-	-	-	(1.681.073)
Lucro bruto	766.807	-	5.012	-	-	-	771.819
Receitas (Despesas) operacionais	(131.165)	10.489	5.709	(354)	266.848	(158.352)	(6.825)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	635.642	10.489	10.721	(354)	266.848	(158.352)	764.994
Resultado financeiro	(344.448)	-	1	-	(241.556)	-	(586.003)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	291.194	10.489	10.722	(354)	25.292	(158.352)	178.991
Imposto de renda e contribuição social	(96.899)	-	(1.131)	-	-	-	(98.030)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	194.295	10.489	9.591	(354)	25.292	(158.352)	80.961
<b>Operações mantidas a venda</b>							
Lucro após o imposto do período resultante de participações a comercializar	-	-	-	-	42.394	-	42.394
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	194.295	10.489	9.591	(354)	67.686	(158.352)	123.355
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(55.669)	(55.669)
Lucro (prejuízo) líquido do período	194.295	10.489	9.591	(354)	67.686	(214.021)	67.686
Ativos totais por segmento	4.348.907	171.000	21.210	21.585	2.221.498	(1.315.810)	5.468.390
Passivos totais por segmento	3.510.393	9.559	271	4	879.354	(431.612)	3.967.969

(\*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

### 30. Compromissos das concessões

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

#### a) Concer

A Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê investimentos anuais remanescentes conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2017	32.369
2018 a 2021	36.006
	<u>68.375</u>

Os valores apresentados foram atualizados de acordo com o índice de atualização da tarifa constante da 23ª revisão do PER, aprovada em agosto de 2016. Tal índice foi de 4,71016.

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão e aditivos como segue:

	31/12/16	31/12/15
Receita de construção	<b>85.898</b>	560.363
Custo de construção	<b>(60.415)</b>	(296.332)
	<u><b>25.483</b></u>	<u>264.031</u>

A margem apresentada no reconhecimento de receita de construção da Concer é referente ao 12º aditivo do contrato de concessão, conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

b) Concepa

A Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê investimentos anuais remanescentes conforme demonstrativo abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2017	219
	<u>219</u>

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, os aluguéis mínimos futuros a pagar, em 31 de dezembro de 2016 são os seguintes:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2017	314
	<u>314</u>

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$70 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<b>31/12/16</b>	<b>31/12/15</b>
Receita de construção	<u>19.735</u>	200.003
Custo de construção	<u>(19.735)</u>	(179.589)
	<u>-</u>	<u>20.414*</u>

(\*) Margem de construção decorrente do contrato de construção do 13º termo aditivo ao contrato de concessão, totalmente reconhecida até 31 de dezembro de 2015.

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, estão previstos investimentos anuais remanescentes de acordo com o cronograma de desembolsos a seguir:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2017	13.997
2018	18.763
2019	15.357
Após 2020	274.647
	<u>322.764</u>

Adicionalmente, a Econorte assumiu o seguinte compromisso decorrente da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<b>31/12/16</b>	<b>31/12/15</b>
Receita de construção	<b>27.329</b>	34.148
Custo de construção	<b>(27.329)</b>	(34.148)
	<u>-</u>	<u>-</u>

d) Concebra

A Concebra assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 5 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê investimentos anuais conforme demonstrativo abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2017	902.381
2018	811.996
2019	725.686
2020 até 2044	5.110.362
	<u>7.550.425</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<b>31/12/16</b>	<b>31/12/15</b>
Receita de construção	<b>200.043</b>	638.580
Custo de construção	<b>(194.976)</b>	(622.394)
	<u>5.067</u>	<u>16.186</u>

e) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Os investimentos anuais remanescentes previstos no PER estão demonstrados abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2017	17.015
2018	71.795
2019	8.049
2020	34.163
2021 até 2032	180.972
	<u>311.994</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<b>31/12/16</b>	<b>31/12/15</b>
Receita de construção	<b>37.816</b>	93.633
Custo de construção	<b>(37.816)</b>	(93.633)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Ressalta-se que, além dos compromissos descritos acima, as controladas Concer, Concepa, Econorte, Concebra e Transbrasiliana não assumiram qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação das rodovias sob sua concessão.

### **31. Plano de previdência privada**

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da controladora no período findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$1.481 (R\$5.946 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$1.847 (R\$ 6.483 no consolidado) respectivamente.

As contribuições da controladora no período findo em 31 de dezembro de 2015 totalizaram R\$1.297 (R\$4.263 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$1.388 (R\$ 4.713 no consolidado) respectivamente.

O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 31 de dezembro de 2016 é de 1.238 participantes (816 participantes em 31 de dezembro de 2015).

### **32. Eventos subsequentes**

#### **i) Empréstimo-ponte BNDES – Concebra**

A Companhia foi informada em 4 de janeiro de 2017 pelo Banco do Brasil e pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais ("BDMG") que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") notificou referidas instituições financeiras para que sejam honradas as suas respectivas fianças bancárias prestadas ao BNDES no âmbito do empréstimo-ponte contraído junto à instituição pela controlada Concebra.

O empréstimo-ponte é garantido por fiança bancária prestada pelo Banco do Brasil no valor principal de R\$100 milhões (acrescido das remunerações previstas no empréstimo-ponte) e pelo BDMG no valor principal de R\$60 milhões (acrescido das remunerações previstas no empréstimo-ponte) e por fiança da Triunfo. As fianças bancárias prestadas pelo Banco do Brasil e pelo BDMG, por sua vez, são garantidas por cessão fiduciária de recebíveis outorgada pela Concebra, por alienação fiduciária de ações de emissão da Concebra e por fiança da Triunfo.

O empréstimo-ponte em questão foi liberado pelo BNDES à controlada em parcelas, de junho de 2014 à outubro de 2015, no valor de aproximadamente R\$690 milhões, e o vencimento ocorreu em 15 de dezembro de 2016. Os juros mensais referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016 foram pagos pela Concebra.

A quitação do empréstimo-ponte seria realizada com parte dos recursos do empréstimo de longo prazo no montante total de R\$3,6 bilhões, o qual foi aprovado pela diretoria do BNDES em fevereiro de 2016, porém até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras não haviam sido liberados.

Em 30 de janeiro de 2017 foi protocolado pelo BNDES uma ação de execução por quantia certa na 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com a cobrança do pagamento imediato da dívida, líquida da parte honrada pelos fiadores. Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia não havia sido notificada formalmente da ação.

ii) Vencimento dívidas – Concer

A controlada Concer foi notificada em 16 de janeiro de 2017 pela Planner Trustee DTVM Ltda. (“Planner”), na qualidade de agente fiduciário, sobre a declaração de vencimento das notas promissórias da Concer, no valor de R\$217 milhões, e sobre o vencimento antecipado da 1ª Emissão de Debêntures da concessionária, no valor de R\$167 milhões.

As notas promissórias foram contratadas junto aos bancos Itaú, Banco do Brasil e Santander como empréstimo-ponte até a liberação integral do empréstimo ponte firmado com o BNDES, este estruturado para financiar a execução das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis, previstas no 12º Termo Aditivo do Contrato de Concessão.

O vencimento das notas promissórias e o não pagamento da parcela de amortização da 1ª emissão de Debêntures da Concer tiveram como consequência o vencimento antecipado das debêntures, contratadas junto aos bancos Itaú e Santander.

A Companhia e sua controlada mantêm as tratativas com os credores para liquidação das obrigações financeiras e readequação do perfil de endividamento.

iii) Revisão interna – Triunfo

A Companhia comunicou ao mercado em 06 de fevereiro de 2017 que, por determinação do Conselho da Administração, está em andamento um trabalho de revisão interna para apurar a natureza, extensão e impacto dos fatos relacionados,



porém não limitados, aos mandados de busca e apreensão de documentos cumpridos pela Polícia Federal em 10 de novembro de 2016.

A Companhia contratou o Souza, Cescon, Barrieu e Flesch Advogados e a ICTS Global Serviços de Consultoria em Gestão de Riscos Ltda., para a realização da revisão interna. Tão logo os trabalhos sejam concluídos, a Companhia divulgará seus resultados bem como outras informações que julgar relevantes.

iv) Plano de melhoria da estrutura de capital – Triunfo

A Companhia comunicou ao mercado em 06 de fevereiro de 2017 que pretendia elaborar um plano de melhoria de sua estrutura de capital. Para tanto, a Triunfo avaliou, em conjunto a seus assessores financeiros e legais contratados, a possibilidade de alienar ativos a serem selecionados pela Administração, e utilizar eventuais recursos advindos da venda para reduzir seu endividamento e de suas controladas.

A Administração da Companhia formalizou mandatos junto aos assessores visando a alienação dos investimentos nas controladas em conjunto Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE. Vide detalhes na nota explicativa nº 13.

v) Notificação para pagamento – Concer e Concebra

A Triunfo e suas controladas Concer e Concebra informaram ao mercado em 07 de fevereiro de 2017 que tomaram conhecimento da existência de ações de execução movidas pelo BNDES para que efetuem, em parcela única, o pagamento dos empréstimos-ponte concedidos para as controladas.

De acordo com levantamentos preliminares, no caso de Concer, o valor executado é de R\$ 219 milhões, vencido em novembro de 2016. A dívida da Concebra é de R\$ 760 milhões, vencida em dezembro de 2016. A exigibilidade de tais dívidas já está sendo controvertida em ações que a Companhia ajuizou, juntamente com suas controladas, em face do BNDES, perante a Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro.

Até a data de divulgação dessas Demonstrações Financeiras, a Companhia ainda não recebeu citação, mas manterá o mercado devidamente informado a respeito desse assunto.

vi) Notificação para pagamento – Vessel

Em 20 de março de 2017, a controlada Vessel foi notificada pela Planner Trustee DTVM, na qualidade de agente fiduciário da emissão, sobre a declaração de vencimento antecipado da Primeira Emissão de Debêntures da Vessel. A Companhia mantém as tratativas para liquidação com os credores. O montante referente à debênture da Vessel já estava integralmente classificado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2016.